

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

CLARA LUCIANA CORRÊA OLIMPIO

A dimensão investigativa do Serviço Social e suas implicações no cotidiano do trabalho profissional.

JUIZ DE FORA

2023

CLARA LUCIANA CORRÊA OLIMPIO

A dimensão investigativa do Serviço Social e suas implicações no cotidiano do trabalho profissional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Olimppio, Clara Luciana Corrêa.

A dimensão investigativa do Serviço Social e suas implicações no cotidiano do trabalho profissional / Clara Luciana Corrêa Olimppio. -- 2023.

100 p.

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Serviço Social. 2. dimensão investigativa. 3. prática profissional. 4. formação profissional. I. Paula, Luciana Gonçalves Pereira de, orient. II. Título.



CLARA LUCIANA CORRÊA OLIMPIO

**A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO DO
TRABALHO PROFISSIONAL**

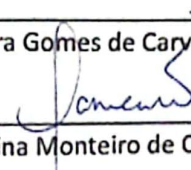
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em vinte de dezembro de 2023 (20/12/2023), por banca composta pelos seguintes membros:


_____ (assinar)
Dr^a Luciana Gonçalves Pereira de Paula


_____ (assinar)
Dr^a Isaura Gomes de Carvalho Aquino


_____ (assinar)
Dr^a Marina Monteiro de Castro e Castro

Nota: 100

Juiz de Fora
Dezembro de 2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô, à minha família e aos meus mestres, que me trouxeram até este importante momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, minha mãe, meu irmão.

Agradeço ao meu tio Hélio e minha tia Cacá por sempre me incentivarem a leitura e buscar novos desafios.

Agradeço ao meu companheiro e meu amor Gustavo, por apoiar todas as minhas decisões, pelas conversas, trocas e inspirações.

Agradeço a todos os meus mestres que tive oportunidade de ser aluna, por me ensinarem a questionar, por transmitirem com sabedoria os ensinamentos que carrego comigo: foram vocês que me inspiraram no que sou hoje.

Às minhas amigas da faculdade, de infância e do trabalho que, durante essa jornada, compartilhamos alegrias, angústias e conquistas.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado busca compreender a dimensão investigativa do Serviço Social, enquanto princípio formativo e condição central da formação profissional para articulação entre teoria e práxis, e suas implicações para o cotidiano do trabalho do assistente social. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica com ênfase nos fundamentos históricos do Serviço Social, desde o surgimento da profissão no Brasil até a sua “virada”, para destacar o momento em que a dimensão investigativa se torna relevante potência para defesa do projeto profissional hegemônico e seus impactos no exercício profissional contemporâneo. Apesar de existirem obras e outras produções científicas com esse objeto de estudo, tal tema ainda se faz relevante, pois ainda nos parece um tanto confusa a sua compreensão e o seu significado no debate acadêmico profissional. Dessa forma, no decorrer deste trabalho será elaborada a discussão acima a fim de trazer à tona o porquê das polêmicas e do debate acerca deste objeto. Logo, a finalidade da discussão é contribuir com o arcabouço teórico do Serviço Social e esclarecer os profissionais sobre o tema.

Palavras - Chave: Serviço Social; dimensão investigativa; prática profissional; formação profissional.

ABSTRACT

The work outlined here seeks to understand the investigative dimension of Social Work, as a formative principle and central condition of professional training for the articulation between theory and praxis, and its implications for the daily work of the social worker. To this end, a bibliographical survey will be carried out with an emphasis on the historical foundations of Social Work, from the emergence of the profession in Brazil to its "turning point", in order to highlight the moment when the investigative dimension became a relevant power for the defense of the hegemonic professional project and its impacts on contemporary professional practice. Although there are works and other scientific productions with this object of study, this topic is still necessary, as its meaning is still confused in the professional academic debate. In this way, the above discussion will be elaborated in the course of this work in order to bring to light the reason for the controversies and the debate on this object. Therefore, the purpose of the discussion is to contribute to the theoretical framework of Social Work and to clarify the subject for professionals.

Keywords: Social work; investigative dimension; professional practice; professional training.

SUMÁRIO

Introdução.	8
Capítulo 1 - O Serviço Social na História: o significado social da profissão, suas protoformas e renovação no cenário brasileiro.	15
1.1. <i>Relações Sociais, Estado e questão social: o surgimento da profissão no âmbito internacional.</i>	16
1.2. <i>As “protoformas” do Serviço Social brasileiro e sua institucionalização.</i>	19
1.3. <i>A Reconceitualização Latinoamericana e a Renovação do Serviço Social: diálogos para a mudança.</i>	22
1.4. <i>Os desdobramentos da direção de intenção de ruptura e o projeto profissional do “Método BH” na categoria profissional.</i>	27
1.5. <i>Os desdobramentos da direção de intenção de ruptura na categoria profissional.</i>	33
1.6. <i>Marxismo e o projeto profissional do Serviço Social: contribuições para a construção do Projeto-Ético- Político contemporâneo.</i>	37
Capítulo 2 - Serviço Social, Trabalho e processo de trabalho na conjuntura neoliberal.	42
2.1. <i>Serviço Social, Trabalho e processo de trabalho: implicações para o exercício profissional.</i>	43
2.2. <i>A passagem do século: conjuntura histórica do Brasil na década de noventa e os rebatimentos na atualidade.</i>	49
2.3. <i>Cotidiano profissional e quais as implicações para o trabalho do assistente social.</i>	57

Capítulo 3 - A dimensão investigativa à luz do trabalho profissional: perspectivas para análise	61
<i>3.1. Afinal, o que é a dimensão investigativa, de acordo com o debate acadêmico profissional?</i>	65
<i>3.2 - Alguns elementos do debate acerca das compreensões sobre a dimensão investigativa no exercício profissional.</i>	69
<i>3.3 - Reflexões sobre a dimensão investigativa e a formação profissional: relatos de uma experiência teórico - prática.</i>	77
Considerações Finais	85
Bibliografia	92

Introdução

O presente estudo busca resgatar o debate da dimensão investigativa do Serviço Social, enquanto uma dimensão característica do trabalho do assistente social.

A escolha temática foi fruto de um processo de amadurecimento teórico sobre a compreensão da história da profissão e suas particularidades no decorrer das décadas, que impactam, até os dias atuais, o exercício profissional de assistentes sociais. Este amadurecimento foi possível pelo contato com disciplinas da grade curricular do curso de Serviço Social, na área de seus fundamentos históricos e teóricos-metodológicos, o que propiciou a participação da discente por cinco anos, em uma rede de pesquisa internacional, que estuda o Movimento de Reconceituação Latinoamericano (1960 - 1980) e os seus desdobramentos na contemporaneidade.

Além disso, a participação em uma disciplina que estuda o “Método em Marx” e em uma roda de conversa que estuda o livro “O Capital”, levantaram questionamentos a respeito do cotidiano profissional vivenciado no campo de estágio, na Secretaria de Assistência Social da cidade de Juiz de Fora/MG, na Supervisão das Políticas de Acolhimento Institucional e Acompanhamento dos Programas Psicossociais de Crianças e Adolescentes.

Dado que este campo está vinculado à gestão da Política de Assistência Social no município, uma de suas atribuições é acompanhar e orientar os processos de trabalho nos acolhimentos institucionais, a partir do Termo de Referência¹ construído pela Secretaria de Assistência Social.

Neste espaço, foi possível o contato com diferentes assistentes sociais, com discurso de defesa do projeto profissional hegemônico na categoria profissional. Todavia, é corriqueiro escutar de alguns profissionais, o levantamento de diferentes tipos de dificuldades e desafios em seu fazer profissional, no que tange à inviabilidade de reafirmar o projeto-ético-político em seu cotidiano. Dentre elas,

¹ Cf. Anexo 1 do Edital 004/22 de 30/08/2022, que Dispõe sobre chamamento público destinado à seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil para a celebração de parcerias em regime de mútua cooperação para execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Abrigo Institucional, a ser executado pela OSC vencedora, em 02 (duas) Unidades, em grupos de até 15 (quinze) crianças e adolescentes por unidade, sem distinção de gênero, com faixa etária até os 18 anos, sob medida protetiva de abrigo e define as diretrizes, objetivos, estratégias metodológicas e resultados esperados.(PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2022).

identificamos as seguintes falas: “a teoria é diferente da prática”, ou “como aplicar o que foi aprendido no dia-a-dia, no trabalho?”, já bem conhecidas pela categoria profissional.

Ainda neste sentido, em visitas nas instituições de acolhimento para realizar estudos de casos com a equipe interdisciplinar (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia), observamos profissionais do Serviço Social com esse discurso e com grandes dificuldades para reconhecer as atribuições e competências do assistente social. A hipótese que levantamos nestas situações refere-se a uma possível falta de entendimento, de clareza e de captação das mediações postas para compreender esse concreto onde a profissão se insere.

Esse pode ser um dos elementos que implicará em um profissional somente executor de política social, que não percebe a dimensão ético-política deste fazer profissional; presos a respostas imediatas, por demandas da instituição, da Secretaria, ou do Sistema de Garantia de Direitos; além do equívoco no entendimento de algumas de suas atribuições e competências.

Como é colocado por Iamamoto (2009) e Netto (2013), o cotidiano da vida em sociedade é oriundo da reprodução de um modo de vida cheio de contradições, que está em processo de estruturação permanente e recorta as diferentes esferas deste modo de sociedade: o poder, as instituições, a família, a escola, o trabalho, o lazer, a cultura, “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (NETTO, 2011, p.43), que necessita ser mediado para a sua sustentação.

Logo, com a crise estrutural do capital, emblemática nas décadas de sessenta e setenta e, tendo a ofensiva neoliberal como resposta para a manutenção dos interesses do capital para fomentar o mercado, ocorreram transformações na ordem política, econômica e social em nossa sociedade, reconfigurando e acirrando ainda mais as expressões da questão social.

No cenário brasileiro, essas mudanças também têm impacto no âmbito da produção, por meio da reestruturação produtiva; no mundo do trabalho, com a precarização das relações trabalhistas; e nas políticas sociais, com o sucateamento do Estado, principalmente da Seguridade Social. Logo, esse contexto influencia no cotidiano profissional do assistente social, visto que:

É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto produto histórico e

enquanto vivência pelos sujeitos, ele é aqui aprendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social. A compreensão não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros; se eles são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é a expressão de um *modo de vida*, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora. Assim, o "cotidiano" não está apenas mergulhado no falso, mas referido ao possível. A descoberta do cotidiano é a descoberta das possibilidades da transformação da realidade. Por isso, a reflexão sobre o cotidiano acaba sendo crítica e comprometida com possível. A crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O cotidiano é o "solo" da produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, M. V.; DE CARVALHO, R., 2009, p. 121).

Para o Serviço Social, essas transformações provocaram diversas instabilidades, uma vez que a profissão está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Os assistentes sociais, por serem trabalhadores assalariados, estão sujeitos a processos de precarização e intensificação, que impactam em sua atuação profissional, principalmente a partir do contexto econômico social neoliberal iniciado no fim da década de oitenta e com seu ápice na década de noventa.

Esse contexto trouxe grandes consequências no que tange às políticas sociais historicamente conquistadas pela classe trabalhadora, impactando no exercício profissional do assistente social (por meio de processos de filantropização, precarização e focalização das políticas sociais) juntamente com as reconfigurações das demandas sociais pelo seu público atendido. Observamos também, uma presença forte de tendências conservadoras e pós-modernas para responder a esses desafios nos espaços profissionais, que reforçam a lógica de exploração do capital.²

Por isso a relevância do objeto de estudo neste Trabalho de Conclusão de Curso. O resgate dos fundamentos históricos do Serviço Social, com ênfase na dimensão investigativa da profissão, tem grande importância no contexto atual para o enfrentamento da hegemonia do capital e suas ressignificações, que impactam no cotidiano do Serviço Social. Tal dimensão é primordial na reafirmação de um projeto profissional que rompe com a herança conservadora na profissão, no qual se reconhece a liberdade e o aprofundamento da democracia na perspectiva da

² Essas correntes foram observadas na experiência de estágio vivenciada pela autora na Secretaria de Assistência Social. Tais elementos serão destrinchados de forma analítica no terceiro capítulo desta monografia.

socialização da participação política e da riqueza produzida (CRESS, 2013 apud SILVA *et al*, 2016).

Para além disso, se faz necessário compreender a dimensão investigativa no trabalho do assistente social enquanto estratégia para qualificação da intervenção profissional e como mecanismo de superação do atendimento de demandas imediatas, implicando pensar no significado político-profissional da atuação desse profissional.

Guerra (2009) aponta que essa dimensão perpassa o exercício profissional, de modo que articula teoria e prática, ou seja, teoria e realidade, para explicar as determinações que recortam o cotidiano profissional, sendo uma das bases da intervenção profissional. Isto posto, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) está posto que tal dimensão, a partir de um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, propicia a definição de estratégias e do instrumental técnico necessário para o enfrentamento das manifestações da questão social presente no cotidiano dos serviços. Tal fato ocorre, pois ela está vinculada à realidade social e às mediações deste concreto.

Ela também é crucial para o exercício profissional, no que tange ao planejamento, coordenação, realização de estudo e diagnóstico, visitas domiciliares, construção de fluxos, elaboração de pareceres, avaliação e monitoramento das políticas sociais, isto é, ela qualifica os processos de intervenção profissional (GUERRA, 2009).

Ainda neste viés, a autora expõe que essa articulação das dimensões da profissão deve ser realizada por meio de:

(...) um sólido referencial teórico-metodológico que permita um vigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociais centrais adequados ao ethos do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional (GUERRA, 2009, p. 1).

Logo, buscamos de forma específica revisar a literatura acadêmica para resgatar os processos históricos da profissão e suas contradições na história da sociedade brasileira, uma vez que está vinculada à reprodução das relações sociais; a sua inserção na divisão social do trabalho, bem como a sua relação com os seus empregadores; a condição de trabalhador assalariado do assistente social que impõe limites no cotidiano de seu exercício profissional.

Buscamos, também, identificar suas protoformas e seu processo de Renovação. Isto porque esse processo culminou no rompimento com a hegemonia da razão formal-abstrata, para a constituição de uma nova orientação, de um novo ethos profissional, a partir da lógica-crítica dialética.

Tudo isso com o intuito de apreender a essência da dimensão investigativa e suas implicações no trabalho do assistente social, visto que com ela é possível desvendar os limites e possibilidades no exercício do assistente social na instituição; as demandas colocadas para o mesmo; o papel do Serviço Social na instituição; o público alvo a ser atendido; as respostas a serem dadas frente às manifestações da questão social, qualificando os processos de intervenção profissional, para que o atendimento das demandas não fique somente no campo do imediato, mas seja construído como uma resposta crítica à esta ordem social, conforme a defesa das necessidades da classe trabalhadora (GUERRA, 2009).

O trabalho realizado nesta monografia terá como metodologia, uma pesquisa bibliográfica de obras acadêmicas, referência da categoria profissional sobre a temática estudada, bem como o uso de relatos da experiência de estágio da autora, na Secretaria de Assistência Social de Juiz de Fora, registrados em seus diários de campo, relatórios e portfólios. Essas reflexões são frutos do exercício de mediação teórico-prática fomentado, durante o seu período de estágio, por sua supervisora acadêmica e supervisora de campo.

É importante salientar que, o Serviço Social em sua totalidade, é uma profissão plural, com diferentes correntes teórico-metodológicas. Dito isso, neste projeto esboçaremos a partir de uma perspectiva marxista na qual, para a compreensão da dinâmica da profissão e sua relação no contexto social, a articulação entre Teoria³, História e Método, são indispensáveis.

Isto porque, conforme já afirmamos anteriormente, tanto Lamamoto (2009), quanto Netto (2011) entendem que a reprodução das relações sociais é intrínseca ao desenvolvimento de um modo de vida social que está sempre em movimento, atingindo todas as esferas da vida. Sendo que este concreto, onde são reproduzidas as relações sociais, é permeado de diversificações e contradições que necessitam ser compreendidas.

³ Netto aponta que Marx, ao falar da Teoria, expõe que a mesma é "(...) a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa", isto é, "(...) o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)", a partir da história e de uma práxis social. (NETTO, 2009, p. 7-8).

É a compreensão destas determinações, que permitem uma melhor compreensão do real, daquele elemento socialmente posto no mundo material, considerando a sua historicidade, dialética e materialidade. Ora, é por meio de uma crítica teórica feita a partir do conhecimento posto, que se constroem novas percepções, produzindo um novo conhecimento mais próximo do real para a possibilidade de destrinchar o objeto de forma crítica, conforme um certo contexto histórico e científico. Ao destrinchar, ele atinge suas determinações mais simples, envolvendo tanto os níveis da universalidade, da singularidade e da particularidade. Logo, a realidade é concreta justamente por isto, pelo fato de ser a síntese de múltiplas determinações, “unidade do diverso” da totalidade, que são características importantes dos elementos da realidade (MARX, 2011).

Em acordo com o que Netto (2011) expõe, usaremos como recurso metodológico nesta monografia, a apreensão da essência da dimensão investigativa, com o intuito de abstrair sua forma concreta até alcançar a sua determinação mais simples, para depois reconstruí-la a partir de uma nova perspectiva.

Consideramos que a dimensão investigativa recorta a profissão e incide nas suas competências e atribuições, em seu exercício profissional (GUERRA, 2009), de modo que se torne possível a compreensão do caráter histórico do Serviço Social, bem como a análise de que seu empregador está envolvido em um processo de organização de uma sociedade voltada para os interesses do capital. Tal reflexão, propicia um olhar no qual é possível desvendar os limites e possibilidades no exercício profissional do assistente social nas instituições; as demandas colocadas para o mesmo; o papel do Serviço Social nas instituições; o público alvo a ser atendido; as respostas a serem dadas frente às manifestações da questão social, qualificando os processos de intervenção profissional (GUERRA, 2009).

Conseqüentemente, a partir dessa lógica, vemos que é necessário esboçar neste trabalho dois movimentos: primeiramente construiremos a base histórica analítica para discorrer a respeito dimensão investigativa, enquanto “princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (GUERRA, 2009), a partir de um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Para isso, situaremos a profissão enquanto integrante na divisão sócio-técnica do trabalho, compreendendo o seu significado num cenário de organização social recortado por contradições inerentes à lei de acumulação do capital, que rebate na

ação profissional do assistente social. Também será esboçada a relação do Serviço Social com a reprodução da sociedade, uma vez que sua dinâmica e seu objeto, só se explicam a partir delas, na defesa de interesses sociais de projetos societários postos nesta organização social (IAMAMOTO, 2015).

Neste momento inicial também iremos apontar as particularidades das expressões da questão social no Brasil, por conta de se constituir como objeto de intervenção profissional.

Não obstante, buscaremos apresentar o resgate, na história, do processo de Renovação da Profissão, situando o Movimento de Reconceituação do Serviço Social nos países latinoamericanos, num contexto de questionamento às suas bases tradicionais e conservadoras no hiato da década de 1965 – 1975. A intenção aqui é ressaltar que tal período é um marco na profissão, devido ao fato que, ocorrera uma afinidade entre o Serviço Social e as lutas, movimentos e organizações sociais que respaldavam a defesa de direitos, e que se desdobrou na articulação com um projeto societário voltado para o interesse da classe trabalhadora, que se tornou hegemônico na categoria profissional.

É nesse terreno que será possível aprofundar, em um segundo momento, os rebatimentos da conjuntura de crise do capital e suas reconfigurações na esfera produtiva, no cotidiano profissional, e suas implicações no projeto profissional construído a partir das décadas de oitenta e noventa do século XX, que está enfrentando grandes desafios na atualidade, no que tange à superação cotidiana da denominada razão formal-abstrata, para a concepção da razão-dialética. Sendo essa razão dialética voltada para a realidade social e crucial para o desenvolvimento da dimensão investigativa no Serviço Social (GUERRA, 2009).

Por fim, será realizada uma análise acerca da prática profissional do assistente social, com foco na dimensão investigativa, a partir de exemplificações de situações relatadas nos instrumentos de registro do estágio da autora desta monografia.

Capítulo 1

O Serviço Social na História: o significado social da profissão, suas protoformas e renovação, no cenário brasileiro

Ao falar sobre a dimensão investigativa do Serviço Social, é necessário compreender, a priori, a dinâmica social, inerente ao modo de produção capitalista⁴ em que a profissão se insere, bem como situar o Serviço Social em um recorte histórico deste modo de sociedade. Para isso, deve-se “(...) captar o significado social desta profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (IAMAMOTO, 2009, p. 71).

Assim, é preciso voltar os estudos para compreender a profissão como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho (IAMAMOTO, 2009), característica particular desta sociedade capitalista para: analisar o que demandou a sua existência; qual era o seu objeto de intervenção e seu principal requisitor; tecer em sua trajetória os direcionamentos políticos e os instrumentos técnicos adotados frente às respostas a essas requisições.

Não obstante, é preciso elucidar as relações sociais de produção e reprodução do capitalismo global e sua consolidação tardia no Brasil, a fim de investigar as expressões da questão social enquanto objeto de intervenção do assistente social, e suas reconfigurações conforme ocorre a consolidação e manutenção deste modo de produção e reprodução capitalista.

Para além disso, é de suma importância compreender o movimento de mediação do Estado, para a garantia das condições sociais e econômicas desta sociedade na órbita do capital. Isto porque, é neste cenário que o profissional atuará e, o mesmo, demandará de suporte teórico-metodológico e técnico-operativo para responder suas requisições. O profissional também, deverá discernir sobre os projetos profissionais que se fazem presentes em seu cotidiano, para que esteja ciente de qual projeto estará defendendo, nesta sociedade formada pela contradição de duas classes centrais.

⁴ Segundo Iamamoto e Ecurra (2020, p.94), a sociedade capitalista se caracteriza por: “o próprio de produção que lhe é específico; a centralidade que o trabalho assume na vida social; a produção social cada vez mais social e, em contrapartida, a manutenção da apropriação privada de seus frutos, monopolizada por uma parte da sociedade, os donos do meio de produção; assim como, pela dinâmica da dominação abstrata que cria valor e mais valor.”

Ainda neste viés, discorrer sobre o cotidiano do trabalho do assistente social é necessário, a fim de trazer para a discussão, quais as implicações deste cotidiano para a dimensão investigativa do Serviço Social.

Isto posto, por meio da historicidade, materialidade e dialética do concreto desta sociabilidade e, considerando como eixos centrais para o seu desenvolvimento, a noção da articulação entre História, Teoria e Método (Marx, 2011) é que se propõe a desvelar a dinâmica das relações sociais e entender que o Serviço Social está vinculado a estas relações.

Portanto, no decorrer deste capítulo, situaremos a profissão na dinâmica da ordem capitalista, identificando seu objeto de intervenção e suas múltiplas manifestações, bem como as formas de enfrentamento adotadas para o tratamento das expressões da questão social no capitalismo monopolista (Netto, 2013). Esse esforço é necessário para pontuar as expressões do movimento de renovação da profissão e os seus rebatimentos no modo de ser e no modo de fazer profissional na contemporaneidade.

1.1. Relações Sociais, Estado e questão social: o surgimento da profissão no âmbito internacional

Para Iamamoto (2009), a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, ou seja, de um determinado modo de vida que envolve o cotidiano da sociedade. Trata-se de uma totalidade concreta em constante movimento, que a cada dia modifica a sua organização. Desse modo, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, nas instituições, etc, no qual o cotidiano é o "solo" da produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2009).

Em sua totalidade, existem diversas determinações presentes nesse meio. Logo, a realidade é concreta justamente por isto, pelo fato de ser a síntese de muitas determinações, "unidade do diverso" da totalidade, que são características importantes dos elementos da realidade (MARX, 2011).

Assim, conforme aponta Iamamoto (2015), este processo de reprodução das relações é complexo, visto que acirra, reconfigura ou até mesmo repete as contradições que são presentes no modo de produção capitalista. Por isso, elas

estão além de uma reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, pois envolvem a contradição entre duas classes “(capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes)” (IAMAMOTO, 2015, p.50). Os espaços em que o capital se estende são transformados em poder. Tanto onde se tem a extração da mais-valia, quanto onde ela se desdobra e é realizada, abarcando dessa forma, toda a organização da sociedade.

Segundo Finelli (2003:101, apud IAMAMOTO, 2015, p.52), o capital se fazendo totalidade é produção de mercadorias, juntamente com produção de classes - devido à relação desigual entre capital e trabalho, tornando-as antagônicas - e a produção de tipos de consciência moral, no intuito de construir valores de visão de mundo que consolide e reafirme esse modo de produção do capital.⁵

(...) em seu processo de reprodução, a sociedade capitalista desenvolve as forças produtivas sociais do trabalho e faz crescer, frente ao trabalhador, como capital, a riqueza acumulada alheia que o domina, que é por ele produzida e reproduzida. No mesmo movimento, desenvolve-se sua pobreza, sujeição e indigência subjetiva. São resultados simultâneos: o esvaziamento do trabalhador e a plenitude do capital. Todavia, no interior desse processo, são criadas as forças que impulsionam suas contradições internas: cresce o proletariado laborioso, ao tempo em que são criadas as condições materiais de um novo modo de produção que elimine os antagonismos do modo capitalista de produção (...) (cf. Marx apud IAMAMOTO, 2015, p.65).

Dito isto, no contexto do desenvolvimento capitalista monopolista (NETTO, 2013) e da expansão urbana, onde se tem a hegemonia do capital industrial e financeiro⁶, em congruência com o crescimento das forças produtivas, bem como do acirramento do grau de exploração da força de trabalho, é evidenciado uma dinâmica da sociedade, que leva ao surgimento de novas roupagens das

⁵ Vide a teoria do valor trabalho em Marx, exposta de forma sintética no livro da autora, para uma melhor compreensão das relações entre pessoas e o fetichismo da mercadoria. In: IAMAMOTO, M. V. A sociabilidade na órbita da capital: invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015, Cap. I, 9ª ed., p.60.

⁶ “A expansão dos serviços sociais no século XX está estreitamente relacionada ao desenvolvimento da noção de cidadania. (...) Afirmam-se os direitos civis e políticos, mas os direitos sociais só adquirem tal status no século atual. Antecedido de leis beneficentes, (...) a conquista dos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo (...) o discurso da igualdade e a realização da desigualdade. De um lado a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado.” (...) ‘direitos sociais’ tem por justificativa a cidadania, embora seu fundamento seja a desigualdade de classes.” (IAMAMOTO, 2009, p. 90 - 91).

expressões da ‘questão social’⁷ inerentes a este modo de produção. Como aponta Netto (2013), “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estado” (p. 24).

Agora, o capital passa a buscar meios extra econômicos para se consolidar e garantir os seus lucros, gerando o processo de “redimensionamento” e a “refuncionalização” do Estado (NETTO, 2013). Com esse objetivo, o Estado exerce funções econômicas diretas, indiretas, desde o subsídio de energia e matérias-primas a baixo custo, até por subsídios indiretos como investimento em meios de transporte e infraestrutura. Vale ressaltar também o movimento estatal voltado para gastos com investigação e pesquisa, bem como o movimento em que ele atua na organização econômica, operando nos ciclos de crise (NETTO, 2013).

De acordo com o autor, o capital se apropria do Estado, de modo que há uma aglutinação das instituições estatais e os aparatos do modo de produção capitalista, implicando numa maior valorização do espaço político para o capitalismo:

O Estado funcional ao capitalismo monopolista, é no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista — opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 2013, p. 26).

O autor ainda informa a importância do aparato estatal para o controle da mão de obra capitalista, com vistas a reproduzir e expandir cada vez mais o capital. Logo, o Estado se vê obrigado a dar tratativas para que consiga esta artimanha, tanto com a mão de obra formal, quanto à excedente, para a busca de consensos (NETTO, 2013).

Essa dificuldade de dar tratativas a essas novas demandas sociais, trazem à tona a necessidade da existência de profissionais qualificados para o seu atendimento, “segundo os parâmetros da racionalidade e eficiência inerentes à sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2009, p. 77), respaldando a indispensabilidade desse profissional especializado, para além de uma ação voltada para caridade e

⁷ Cabem aqui duas sugestões de leitura acerca do debate a respeito da chamada “questão social”: NETTO, J. P. Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da questão social. In: NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2013, 8ª ed., 2ª ed., p. 151-162. e IAMAMOTO, M. V. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015, Cap. II, 9ª ed., p.105 - 208.

para a repressão. Eis que surgem as condições históricas propícias para a gênese do Serviço Social.

Assim, se o Serviço Social é uma profissão inserida na sociedade, sua intervenção se dará na realidade, ou seja, a profissão terá uma intervenção racionalizada e centralizada em atividades e prestação de serviços sociais ofertados pelo Estado, em meio às relações sociais nessa sociabilidade e em acordo com determinado momento histórico.

Como nos aponta Iamamoto (2009):

Historicamente passa da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2009, p. 78 -79).

Diante dos fatos, é a partir desta lógica social de organização do capital e do Estado, enquanto ente auxiliador na reprodução do modo de produção capitalista, é que surge a profissão no cenário mundial e, posteriormente, brasileiro, com especificidades em sua consolidação em cada país. Por esse motivo, faz-se necessário compreender melhor essas particularidades do modo como o Serviço Social se desenvolve no Brasil. Esse será o foco do próximo item desta monografia.

1.2. As “protoformas” do Serviço Social brasileiro e sua institucionalização.

Para compreender o Serviço Social contemporâneo, a priori devemos resgatar a profissão na história, uma vez que suas reconfigurações no decorrer dos anos, estão em consonância com as transformações societárias que ocorreram durante as últimas décadas. Por isso, entendemos que, realizar um preâmbulo de sua constituição e institucionalização, é crucial para o entendimento e identificação do momento em que o nosso objeto de estudo - a dimensão investigativa - passa a ser relevante para a profissão.

Assim, em coerência com o que foi abordado no tópico acima, Iamamoto e Carvalho (2009) apontam que o surgimento do Serviço Social no cenário brasileiro, enquanto uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, está associado com o contexto sócio-histórico dos impactos do capitalismo monopolista

das primeiras décadas do século XX nesta sociedade, no que tange ao acirramento das contradições, antagonismos e desigualdade social, bem como da organização da classe operária e do debate a respeito da “questão social”.

Tal contexto culminou em uma resposta⁸ do Estado, da burguesia e da Igreja⁹, para o controle dessas massas, na defesa homogênea de um projeto societário, em que buscava a manutenção desse modo de organização social, em contraposição às demandas levantadas pela classe trabalhadora. Ainda neste sentido, os autores expõem o uso de políticas por parte do Estado, como estratégia desse capital monopolista para o enfrentamento dessas contradições entre as classes e mobilização de classe, a fim de legitimar o poder do aparato estatal e da burguesia.

Já na década de trinta, com a intensificação da industrialização e da modernização no Brasil (NETTO, 2013), evidencia-se uma articulação entre Estado e Igreja para enfrentar a “questão social” no país, com cariz caritativo e organizado, para execução de obras sociais¹⁰.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 167).

Com o aprimoramento das organizações das ações missionárias foi-se criando novos grupos que fomentaram cursos e estudos, até formar o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), embrião para o surgimento das Escolas Católica de Serviço Social¹¹, com formação técnica especializada na Doutrina Social da Igreja. Logo, seu

⁸ Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui (...) uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (...) Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p.127).

⁹ O propósito era a recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica, por meio da divulgação da Doutrina Social da Igreja, baseadas nas encíclicas papais, em prol de uma reforma social para a reconstrução da sociedade. Para isso, houve a consolidação da Ação Católica Brasileira (ACB). Para mais detalhes, vide Parte II, Capítulo I - 2. A reação Católica, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Marilda V. Iamamoto e Raul de Carvalho.

¹⁰ Podemos citar como exemplo, a criação de duas instituições católicas (em São Paulo e no Rio de Janeiro), criadas para o atendimento de demandas referentes às contradições do capital. Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), essas instituições podem ser a origem do Serviço Social no Brasil.

¹¹ Em 1936 é criada a primeira Escola de Serviço Social no país, em São Paulo e, posteriormente, em 1937 é fundada uma Escola no Rio de Janeiro (IAMAMOTO e CARVALHO, p. 165-177).

público feminino, de origem burguesa, se pautava em referências franco-belgas, no pensamento de São Tomás de Aquino, no tomismo e no neotomismo, para dar tratativas às demandas colocadas junto à classe trabalhadora (YAZBEK, 2018).

Tratativas essas com o intuito de controlar as famílias proletárias e buscar a conciliação de classe, por meio da educação moral cristã, da doutrinação, da disciplina, com cunho humanista conservador, no qual sua “sociabilidade deve ser direcionada ao bem comum” (YAZBEK, 2018, p.52).

Como consequência, segundo a autora, o método de intervenção na realidade se constituía de três premissas: ver, julgar e agir na educação social, intelectual e moral das famílias (SILVA et al, 2016), sendo os sujeitos responsáveis por sua condição social e, aqueles que não se enquadravam à sociedade, eram tidos como desviantes. Como é apontado por Yamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social tradicional realizava seus atendimentos individualizados para cada sujeito, a fim de corrigir seu comportamento moral perante à ordem social.

Nas décadas de trinta e quarenta do século XX, com a implementação do Estado Novo e, com o cenário econômico do desenvolvimentismo e do capital estrangeiro no país, surgiram novas demandas para o Estado, no controle da classe trabalhadora. Para isso, foram criadas instituições assistenciais que ofertavam mercado de trabalho ao Serviço Social, propiciando a legitimação da profissão, uma vez que os mesmos passaram a ser contratados enquanto trabalhadores assalariados (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 310).

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais - estatais, autárquicas ou privadas - é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão (...) só pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades. (...) Só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos - sua ação na reprodução das relações sociais de produção - englobados no âmbito das estruturas institucionais (...) cuja principal instância mandatária será, direta ou indiretamente o Estado. O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementado pelas entidades sociais e assistenciais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 309).

Ainda neste sentido,

(...) O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. [...] o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária

de “enquadramento” da população cliente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 310).

Portanto, a intervenção profissional ajustadora passa a ser tecnicizada, a partir da burocratização das ações em um instrumental operativo de natureza técnica, com aporte teórico-científico em referências norte-americanas, juntamente com viés conservador positivista¹² (NETTO, 2010, p. 69). Valorizam a ordem e a disciplina, no qual a ação profissional está voltada para o ajustamento dos sujeitos às normas e padrões sociais, na correção desses desajustados por meio de princípios cristãos do *ethos* moral-conservador (BARROCO, 2001)¹³. Esses elementos serão abordados com maior detalhamento no item que se segue.

1.3. A conformação do Serviço Social em uma perspectiva tradicional, frente às determinações históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas no Brasil

Conforme apontado nos itens anteriores, o Serviço Social é uma profissão com intervenção na reprodução das relações sociais, que teve em sua gênese a prestação de serviços sociais em sua maioria para o Estado, a fim de trazer condições necessárias para reprodução da vida social voltada para a dinâmica do capital. Diante disso, as conjunturas sócio-históricas do país trarão reflexos à profissão no que tange ao enfrentamento das demandas institucionais colocadas para o profissional.

Na busca pela construção de respostas às expressões da questão social, o Serviço Social no seu curso histórico conformará diversas direções teórico-políticas, bem como necessitará aprimorar as suas metodologias, instrumentos e técnicas (TRINDADE, 2001) de acordo com as novas necessidades. Isto é, conforme as novas manifestações concretas de demandas historicamente determinadas, e novas

¹² Segundo Yazbek (2018, p.58), nele é abordado as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, como fragmentos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. Ele busca a regularidade e a inviabilidade, em uma perspectiva formalista e funcionalista, ahistórica, de acordo com a ordem social capitalista. Na época, os profissionais buscavam o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de intervenção, em busca de padrões eficientes, na sofisticação dos modelos de análise, diagnóstico e planejamento.

¹³ Aqui temos o chamado Serviço Social de Caso, de Grupo e no desenvolvimento de comunidade. Para mais detalhes, vide IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Capítulo II - As protoformas do Serviço Social, In: IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, Cortez Ed., 2009, p.165 - 234.

reconfigurações do espaço sócio-ocupacional da profissão, advindas da contradição capital e trabalho presente nesta organização social.

Nos diversos projetos profissionais do Serviço Social, podemos encontrar diferentes concepções de profissão, que passam por distintas compreensões acerca do objeto profissional, de seus objetivos, bem como sobre seu instrumental técnico-operativo (TRINDADE, 2001, p. 7 - 8).

Logo, no decorrer do Serviço Social Tradicional, houve diferentes tratamentos às demandas sociais no exercício profissional, como também observamos na atualidade. Conforme apontado por Trindade (2001), por mais que os instrumentos sejam os mesmos, em cada época eles serão utilizados com uma intencionalidade diferente, de acordo com a direção política para a compreensão da profissão, de seu público alvo, de seu propósito, bem como a finalidade do uso de tais instrumentos e técnicas, com diferentes direcionamentos metodológicos para a investigação das condições de vida dos proletários (TRINDADE, 2001).

Na medida que se acirravam as contradições na sociedade, principalmente com novas reconfigurações das expressões da questão social, oriundas do contexto sócio político, as tratativas com o viés benevolente não se faziam suficientes. Faziam-se necessárias práticas mais eficientes para o trato dessa demanda para o enquadramento de seu público alvo às condições econômicas-ideológicas que consolidavam a hegemonia burguesa no país (TRINDADE, 2011, p. 9).

Como resposta, a profissão buscou desenvolver uma intervenção técnica, planejada e organizada que também estava em consonância com as medidas do Estado para a sua intervenção nas décadas de trinta e quarenta do século XX.

Em síntese, a organização da base sócio-organizacional do Serviço Social a partir da década de trinta se deu por meio da busca de referenciais teóricos-metodológicos e éticos-políticos desse Serviço Social emergente, juntamente com um aparato técnico para realizar sua intervenção com as práticas e técnicas já existentes nas entidades de ação social.

Como vimos anteriormente, a produção profissional norte-americana pautada pela Sociologia conservadora, isto é, no empirismo quantificador com ênfase em abordagens individuais (onde se acreditava que as estruturas sociais deliberaram o

seu comportamento), é apropriada pelo Serviço Social no Brasil, reafirmando a lógica do imperialismo norte americano na América Latina¹⁴.

Somatizando a isso, temos também influências da Psicologia de inspiração behaviorista (CUIN e GRESLE, 1994, p.205-9, apud TRINDADE, 2001, p. 11), que cria ênfase à personalidade e à relação interpessoal, como forma de enfrentamento às expressões da questão social. Logo, as demandas sociais institucionalizadas pelo Estado se tornam “problemas sociais”, segregados da totalidade das relações sociais vigentes, sendo suas práticas estratégicas o trabalho voltado para questões comportamentais.

Diante do exposto para o trato das demandas colocadas para a profissão no período de sua institucionalização, a abordagem a partir do arcabouço metodológico do Serviço Social de Casos Individuais tem grande força dentro da categoria profissional. Norteados pelas teorias e diretrizes de Mary Richmond, da Psicologia de Gordon Hamilton (com os estudos de Nadir Kfoury ou pela tradução do livro de Hamilton intitulado Teoria e Prática do Serviço Social de Casos, em 1958), defendiam que a operacionalização deste Serviço Social se dava por meio de três fases: Estudo, Diagnóstico e Tratamento (TRINDADE, 2001, p.11):

O estudo do caso refere-se à fase de investigação sobre fatores internos aos indivíduos e externos ao ambiente em que ele vive, viabilizada pela aplicação de entrevistas com o cliente e com pessoas de seu meio. Além disso, utilizam-se visitas domiciliares, contatos com membros da família e com técnicos, observações realizadas durante as entrevistas e visitas, reuniões familiares, dentre outros instrumentos. Esse estudo possibilita a elaboração de um Histórico do Caso, reunindo dados e impressões colhidos durante o inquérito. Em seguida, produz-se um diagnóstico, isto é, um parecer profissional sobre a situação psicossocial do cliente, para que seja viabilizado o tratamento. Este deve incidir sobre os fatores, de diversas ordens, que estejam interferindo na situação, podendo se concretizar através: da implementação de medidas para modificar o ambiente ou para o tratamento direto ao cliente, pautados principalmente no relacionamento assistente social/cliente; do apoio psicológico e emocional através de entrevistas e visitas. (CAMPAGNOLLI apud TRINDADE, 2001, p. 11 - 12).

Cabe destacar que, haviam outros procedimentos para além do Serviço Social de Caso Individuais na profissão. Sendo um deles a abordagem do trabalho com grupos que, a partir da década de quarenta, é reconhecida enquanto uma estratégia profissional pelos assistentes sociais norte-americanos (TRINDADE, 2001).

¹⁴ Para a apropriação do debate acima, recomenda-se a leitura da obra: “Dialética da Dependência”, do autor Ruy Mauro Marini.

Ainda segundo a autora, tal conhecimento da abordagem grupal teve influência na divulgação das ideias da Psicologia e da Psicanálise de Freud nas Ciências Sociais que, ao chegar no Brasil, se torna grande influente nas práticas que já existiam em grupos com vistas ao tratamento dos “problemas sociais” de relacionamento e socialização (TRINDADE, 2001, p. 12).

Com viés terapêutico, esse procedimento do Serviço Social de Grupo ganha visibilidade na década de cinquenta, a partir dos estudos da assistente social e psicanalista norte-americana Gisela Konopka e, posteriormente se consolida no Brasil na década de sessenta em harmonia com o método de desenvolvimento de comunidade.

No que tange ao Serviço Social de Grupos, cabe entender que o mesmo busca o fortalecimento dos indivíduos por meio do convívio em grupo, em que se acreditava que ocasionaria um autodesenvolvimento e um ajustamento às normas e valores sociais, continuando o indivíduo ser o responsável pela sua condição na sociabilidade voltada para o capital, reafirmando a lógica vigente. Essa estrutura metodológica trouxe o aprimoramento dos profissionais, em técnicas de dinâmicas com grupos com orientação terapêutica (TRINDADE,2001).

Na década de sessenta o Serviço Social de Grupo se espalha pela categoria profissional devido novos postos ocupacionais que demandavam trabalhos sociais de caráter comunitário, voltado para articulação de segmentos populacionais em prol do desenvolvimento econômico-social dos mesmos.

Diferentemente dos trabalhos de Organização de Comunidade da década de quarenta, o Desenvolvimento de Comunidade da década de cinquenta, é consequência do contexto político-econômico-cultural imperialista frente à América Latina, visto que profissionais eram treinados para executar programas desenvolvimentistas.

Logo, observa-se uma mudança em sua intervenção profissional, pois agora, ao invés da realização de metodologias para atendimentos individuais ou até mesmo grupais voltados para moral, comportamento e terapia, se busca desenvolver práticas coletivas para segmentos populacionais, com vistas à harmonia social na relação Estado/sociedade para melhoria das condições imediatas dos sujeitos.

Agora, os processos interventivos do Serviço Social pela primeira vez estão articulados com outras profissões e instituições, num trabalho multidisciplinar. Isto

porque se tem o entendimento que o trabalho coletivo é estimulante por conta do entendimento das diversas demandas postas pelos segmentos trabalhados.

Segundo Trindade (2001), os trabalhos assumidos para as comunidades têm um viés educativo e mobilizador que envolve diversos saberes profissionais. Isso propiciou que:

As equipes recorrem a instrumentos e técnicas derivados da Pesquisa Social, da Dinâmica de Grupo, da Comunicação Social, da Psicologia Social e da Educação, tais como: documentação, observação, diálogo e entrevista, reunião, palestra, carta circular, recursos áudio-visuais e pesquisa-ação, dentre os mais comuns. Isso significa uma ampliação nas abordagens profissionais dos assistentes sociais, isto é, as demandas colocadas pelo trabalho „comunitário" levam os assistentes sociais a não limitar sua prática apenas às abordagens individuais. É justamente nesse momento que o trabalho com grupos adquire maior importância, o que impulsiona o desenvolvimento do Serviço Social de Grupos no país, embora ele já fosse conhecido desde os anos 40 (TRINDADE, 2001, p.14).

Diante das exposições até o momento, pode-se concluir que essas metodologias do Serviço Social Tradicional (Caso, Grupo e Comunidade) culminaram na elaboração mais sofisticada de arcabouços técnicos para o exercício profissional. Todavia, percebe-se a ênfase no tecnicismo para operacionalização de ações para controle das massas, em que são trabalhados de forma a manter a hegemonia da burguesia.

É relevante também destacar a análise de Netto (2006), na qual pressupõe que esses processos de mudanças no enfrentamento de seu objeto de intervenção se deu devido ao fato do projeto profissional ser dinâmico, ou seja, suscetível a ressignificações de acordo reconfiguração das necessidades sociais em que intervém, visto que tem relação intrínseca com as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais de determinada conjuntura. O amadurecimento teórico-prático na profissão também culminará em tais mudanças.

Logo, por mais que o projeto profissional com a auto-imagem do Serviço Social Tradicional tenha em comum valores que legitimam a organização social voltada para o capital, a categoria profissional é heterogênea. Isto porque têm diferentes “origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas” (NETTO, 2006, p.5). Configura-se um campo plural de tensões e lutas, com contradições e divergências.

É neste campo que, a partir da análise do movimento social e da relação e aproximação com outros segmentos profissionais e sociais (NETTO, 2006, p. 6), surgirá propulsores de importantes questionamentos para a formulação da recusa, crítica e enfrentamento ao conservadorismo do Serviço Social Tradicional, impulsionando o Movimento de Reconceituação Latinoamericano.

Nesse caldo de contradições que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, na defesa de projeto societário alternativo ao das classes proprietárias e dominantes.

1.4. A Reconceituação Latinoamericana e a Renovação do Serviço Social: diálogos para a mudança

De acordo com Hobsbawn (1994), durante as décadas de sessenta e setenta do século XX, ocorrera a crise da “Era de Ouro” do capitalismo no contexto global, bem como a ascensão de movimentos revolucionários, sociais e anti opressivos, que questionavam os valores do modo de produção capitalista, pautados na dominação e exploração de classe, gênero, etnia, sexualidade, etc., dessa sociedade cada vez mais complexa que nos inserimos.

Em um contexto de desemprego; de reprodução das condições precárias dos trabalhadores; de fragmentação das condições da inserção da organização sindical no mercado de trabalho; das condições de vínculos de trabalho; do surgimento de perspectivas anticapitalista e anti-imperialista, por meio de alguns projetos societários defendidos por sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais; do crescimento das lutas e reivindicações pela classe trabalhadora, como consequência da insatisfação das novas demandas da reconfiguração em novas roupagens da questão social, cada vez mais acirrada (EIRAS; SANTOS e YAZBEK, 2021); além da repressão sistemática às lutas e movimentos trabalhistas, trouxeram novas demandas profissionais postas ao exercício profissional, dado que o Serviço Social é uma profissão permeada pelas relações entres os sujeitos e a sua dinâmica histórica (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009).

Todo esse caldo de reivindicações sociais e culturais, interferiram no cotidiano e na imagem do Serviço Social, pois não conseguindo mais responder às demandas trazidas pela classe trabalhadora, a profissão sob a base tradicional, foi

questionada por profissionais, estudantes e professores, na maioria dos países em que a mesma já estava institucionalizada (FERREIRA, 2021).

Em síntese, durante os anos de 1965 a 1975, principalmente na América Latina, junto aos países do Cone Sul, houve um processo de revisão e contestação do Serviço Social clássico e tradicional, com influência estadunidense e de viés conservador-cristão, culminando na Reconceituação Latinoamericana. Esse movimento buscava colocar a profissão inscrita na particularidade dos países latinos, avaliando sua finalidade, seus fundamentos teóricos-metodológicos, seus procedimentos operativos, suas particularidades sociopolíticas e sua direção social na prática do exercício profissional, sua formação profissional, etc. (IAMAMOTO e SANTOS, 2021).

Houve também debates sobre as influências teóricas que não explicavam a particularidade latino-americana, a fim de encontrar uma validação teórica, recorrendo a diferentes fontes e tendo um campo rico em disputas de projetos de profissão.

No chamado Movimento de Reconceituação¹⁵ do Serviço Social na América Latina, a profissão se preocupou em buscar uma identidade particular em cada país, respeitando as suas transformações sócio-históricas, a fim de responder às diversas expressões da questão social presentes em cada determinado país, em diferentes condições.

Os eixos de preocupações fundamentais do movimento, e que assentam sua unidade, são (...): 1) a busca pela construção de um novo Serviço Social/Trabajo Social latino-americano, enraizado em seus processos sócio-históricos e capaz de decifrar os rumos de sua condição de dependência com os países centrais, contextualizando a inserção profissional; 2) os esforços de reconstrução do próprio Serviço Social, na recusa e crítica ao tradicionalismo, denunciando a sua pretensa neutralidade político-ideológica e debilidade teórica; 3) a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; 4) a afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social”, numa explícita politização da ação profissional; e 5) a reestruturação da formação profissional na articulação entre ensino, investigação e prática profissional, evidenciando serem as escolas universitárias o principal lócus da Reconceituação (BATISTONI, 2017, p. 139).

¹⁵ Vale ressaltar a importância do Centro Latino-Americano de Trabalho Social e a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (Celats-Alaets) no fomentador da pesquisa voltada para o pensamento crítico no Serviço Social na América Latina, em prol da classe trabalhadora. Tiveram grande peso no fortalecimento da organização acadêmico-profissional e da articulação latino-americanos, frente ao imperialismo. Cf. IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M., Cortez Ed, 2021.

Netto (2010) aponta que, o Movimento de Reconceituação se vê em xeque com a implementação das “autocracias burguesas”, ou seja, regimes militares na América Latina, para reorganização do Estado, enquanto mecanismo de controle político, econômico, social e cultural, na manutenção do capital imperialista vigente, além de sufocar o movimento de efervescência anticapitalista da época.

No Brasil, sua instauração veio junto com medidas antidemocráticas, antinacionais, com repressão no enfrentamento às expressões da questão social e violação de direitos, em prol da manutenção da ordem do capital. O autor ainda expõe que os profissionais ainda continuavam executando políticas sociais, mas agora, com forte teor compensatório, que demandam cada vez mais um aporte técnico-científico para serem capazes de se apropriar da burocracia estatal.

Essas mudanças culminaram em ressignificações e ampliação do espaço do trabalho do assistente social, que impactam tanto na prática da profissão, quanto na formação profissional (AQUINO; SILVA e VIEIRA, 2017). Inicia-se um processo de afastamento das referências do Serviço Social Tradicional que se praticava até então, tornando-a uma profissão laica, questionadora de seus métodos, que fomentou a construção de diferentes referenciais teóricos-metodológicos, técnico-operativas e ético-políticos consistentes para suas práticas interventivas, buscando compreender seu objeto de intervenção e reconstruir sua autoimagem.

Em meio a este movimento, no Brasil, podemos dizer que existiram três direções¹⁶ que defenderam distintos projetos profissionais e que estavam em disputa, no processo de Renovação da profissão, entre as décadas de sessenta e oitenta. Essas três diferentes direções se consolidaram através das seguintes perspectivas do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro:

Modernização Conservadora:

Como apontado por Netto (2010), este período foi de expansão do mercado de trabalho do Serviço Social, devido a conjuntura de crise global do capital e das estratégias econômicas desenvolvimentistas do Estado ditatorial, que acirram ainda mais as expressões da questão social.

¹⁶ Aqui será discutido de forma sucinta essas três direções no processo de Renovação Do Serviço Social, de modo a trazer os elementos principais de cada vertente. Contudo, somente a direção “Intenção de Ruptura” será mais esmiuçada, uma vez que a mesma tem relevância e desdobramentos para o objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso. Para mais detalhes recomenda-se a leitura de Netto (2010) e Iamamoto e Santos (2021), onde os autores se dedicam ao debate deste contexto na profissão no Brasil.

Como resposta da profissão a esta conjuntura colocada pelo regime ditatorial, buscou-se uma adaptação das bases conservadoras a essas novas demandas advindas deste período, de modo a trazer e valorizar novos suportes técnicos-científicos para o fazer profissional, sem romper com o conservadorismo positivista presente na profissão, em prol do desenvolvimento da sociedade.

Houve uma aproximação de forma acrítica com as Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia Social e Antropologia) (NETTO, 2010, p. 123), apreendendo a metodologia estrutural-funcionalista norte-americana, enquadrando os valores tradicionais ao contexto moderno da época (AQUINO, SILVA e VIEIRA, 2017).

Tal processo foi fomentado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), por meio de “seminários de teorização”¹⁷, pelos questionamentos dos cursos de pós-graduação, bem como pelas agências de formação da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), própria categoria profissional e a Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CNEAS).

Reatualização do Conservadorismo:

Nesta direção observa-se um retorno dos segmentos tradicionais da profissão, com a renovação do pensamento cristão tradicional, ou seja, da Doutrina Social da Igreja, sob a ótica da modernidade.

Em conjunto com fontes intelectuais que não tinham essa articulação anteriormente na profissão, a reatualização do conservadorismo bebeu na fonte da fenomenologia, para uma intervenção profissional focada no indivíduo, em suas vivências e suas emoções. Pautada numa direção teórico metodológica voltada para a ajuda psicossocial, ela foi difundida e teve grande influência nas universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com o propósito de transformação desses sujeitos, através do ajustamento de suas subjetividades.

Intenção de Ruptura:

Esta direção da organização acadêmica e político profissional, em harmonia com a “crítica da Reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina” (BATISTONI, 2017, p. 138), surgida a partir da segunda metade da década de setenta, buscou romper com as origens tradicionais do Serviço Social, no tocante do seu suporte teórico-metodológico, ético-político e

¹⁷ Aqui vale ressaltar os textos dos seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Vide AQUINO, SILVA e VIEIRA (2017).

técnico-operativo. Ou seja, no rompimento com prática empirista, reiterativa e burocratizada; com a ética racional liberal-burguesa e que impulsiona e mantém o modo de produção e reprodução capitalista. Além disso, criticavam a condição de dependência ao imperialismo dos Estados Unidos (NETTO, 2010).

Estimulados pelo contexto brasileiro de crise do regime militar e da efervescência de movimentos populares, estudantis, sindicais contrários, e em busca da derrota deste projeto societário defendido pelo Estado ditatorial, um segmento acadêmico e de jovens docentes propunham uma outra proposta de profissão articulada à transformação societária.

Partindo de uma perspectiva crítica, pautando-se em um arcabouço teórico-metodológico voltado para a tradição marxista, e ético-político, em prol da emancipação humana, esse segmento acadêmico analisava as demandas colocadas para profissão, com olhar macro para os problemas da sociedade.

Ainda que esta aproximação com Marx tenha ocorrido de forma enviesada, por meio de interpretações de Marx, ao invés da leitura de sua obra, não podemos desconsiderar que esta direção cinde totalmente com o tradicionalismo que até então era arraigado na profissão.

A peça cerne desta vertente foi o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, o chamado “Método BH”¹⁸. Batistoni (2017) aponta que a Escola foi um forte espaço de oposição e contestação do regime ditatorial, com grande influência das mudanças acadêmico-profissionais da Reconceituação, como também em países hispânicos da América Latina, “tornando-se a formulação inicial e abrangente da perspectiva renovadora de intenção de ruptura no Brasil” (BATISTONI, 2017, p. 137).

¹⁸ "Método de Belo Horizonte', (...) contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo, não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola – de sua criação, em 1946, a 1970 (...) Critica-se a aparente “neutralidade” teórico-prática da profissão, exercendo realmente “um papel conservador no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses” (...) (ESS/UCMG, 1971a,1971b, 1974). Põe-se em questão os elementos teóricos que, quando não revelados, aparecem subjacentes à atuação profissional, referindo-se ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, a partir de uma visão microscópica e dicotômica “entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito/objeto”. (ESS/UCMG, 1974, p.6). Acresce ainda a crítica à visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais com propósitos de “eliminar disfunções sociais, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas”, orientados pelas interpretações funcionalistas da dinâmica social. (ESS/UCMG, 1974, p.7) (BATISTONI, 2017, p.144).

No protagonismo dos seus sujeitos, identifica-se um grupo de jovens docentes, sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, que assumira a hegemonia na Escola a partir de 1969, direcionando seu projeto de formação e exercício profissional no sentido de romper com o tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas, marcando uma inflexão na dinâmica de ensino da escola e da profissão no país (BATISTONI, 2017, p. 142).

Segundo Batistoni (2017), a proposta do “Método BH”, propiciou a reestruturação curricular juntamente com projetos de extensão e campos de estágio, articulando a relação entre a elaboração do ensino teórico-prático vinculado à pesquisa, à docência e à prática, que até então não era vivenciada no currículo de formação do Serviço Social. Tal proposta era executada nas “unidades de ensino e aprendizagem” (UA's), sendo que elas:

(...) eram organizadas em projetos semestrais de aprendizagem (PSAs). Além disso, eram articuladas no “contato com a realidade”, através de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ou ação profissional, realizados semestralmente, ao longo de oito semestre letivos, contemplando conjunto de disciplinas e os respectivos conteúdos, incluso as disciplinas especificamente profissionais. As “equipes de prática” eram articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional. Apoiavam-se em uma orientação interdisciplinar (com a incorporação dos docentes das áreas afins, em suas devidas áreas de atuação, e participação de “monitoria” de discentes concluintes), resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional, como demonstram os relatórios das “equipes de prática” e os trabalhos de conclusão (denominados trabalhos de estágio de campo) (SANTOS, 1985; QUIROGA, 1973b *apud* BATISTONI, 2017, p.144).

Logo, podemos observar a construção de um perfil profissional com competência crítica, teórica, política e interventiva (BATISTONI, 2017), articulando assim, as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, com a investigação da prática do exercício profissional.

Como falado anteriormente, a estrutura teórico-metodológica do “Método BH” tem traços epistemológicos e ecléticos, para explicação da relação entre teoria e a prática, oriundos da vulgarização marxista, carecendo da apropriação do método em Marx para análise do concreto real, para desvelar as categorias as categorias no tocante às relações sociais do modo de produção capitalista (BATISTONI, 2017).

Todavia, cabe ressaltar que esse projeto profissional foi interrompido em 1975, como forma de repressão pela ditadura a tal projeto, em que foram demitidos os seus principais formuladores e executores. Somente a partir da década de oitenta, o “Método” será retomado no meio acadêmico, em diversas formas de

produção intelectual (inicialmente por meio de trabalhos de pós-graduação), consolidando-se no meio acadêmico (NETTO, 2010) e, posteriormente, a direção de ruptura torna-se hegemônica na categoria profissional.

1.5. Os desdobramentos da direção de intenção de ruptura na categoria profissional

No final da década de setenta e início de oitenta do século XX, o contexto de crise do regime ditatorial, da reentrada da classe trabalhadora no cenário político em grandes massas de mobilização popular e sindical na reivindicação de direitos sociais, do ressurgimento de setores intelectuais e da consolidação do viés progressista em instituições com relevância na sociedade brasileira, trouxeram grandes transformações políticas e sociais para a população (NETTO, 2006, p. 10).

Como consequência, na categoria profissional também houve reflexos sobre essa conjuntura. Surgiu um período de efervescência em defesa de exigências políticas e sociais em prol da ruptura da autocracia burguesa e a busca pela democracia. Isto é, pela primeira vez no corpo profissional se tem a disputa de projetos profissionais, voltados para projetos societários antagônicos, inerentes à dinâmica de organização da sociedade capitalista. Pela primeira vez, havia o debate de projetos societários alternativos àqueles voltados para os interesses da classe dominante, tornando como já foi falado anteriormente, em um campo de disputas e tensões.

Juntamente com a organização sindical dos assistentes sociais e com as ideias intelectuais difundidas no Movimento de Reconceituação Latinoamericano, foi proposta uma nova direção para a profissão no III Congresso Brasileiro de Assistentes Social (CBAS), conhecido como Congresso da Virada, em 1979¹⁹ (IAMAMOTO, 2020).

Este evento é de suma importância uma vez que apresentou, pela categoria profissional, a recusa ao conservadorismo presente no Serviço Social, oriundo do acúmulo de perspectivas voltadas para defesa do direito e de projetos societários não excludentes, bem como um momento de organização política contra o regime militar da época. Parte do corpo profissional aproximou-se de movimentos sociais dos trabalhadores, conseguindo implementar dentro da profissão o pluralismo

¹⁹ cf. IAMAMOTO, M. V., 2020, p. 1 - 20.

político, bem como ressignificar entidades da organização profissional, como a ABEPSS e CFESS.

Cabe também destacar a relevância do processo da Reforma Universitária nos anos setenta, que propiciou a legitimação da profissão no meio acadêmico e, posteriormente, o surgimento de cursos de pós-graduação (mestrados, doutorados e especializações). Isto propiciou a consolidação da produção de conhecimentos na área do Serviço Social, com principal característica a aproximação à Teoria Social Crítica, em conjunto com as ciências sociais. Segundo Netto (2006):

O Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho -, com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.669, de 17 de junho de 1993); enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas, etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas. Assim, enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e se constituiu nos últimos anos, como uma área de produção de conhecimentos, apoiada inclusive por agências públicas de fomento à pesquisa (como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq).(NETTO, 2006, p.12)

Já na década de oitenta, a profissão desenvolve um grande nível de produção intelectual, baseado na aproximação com essa perspectiva marxiana, proporcionando um saber refinado a respeito do significado social do Serviço Social na sociedade capitalista e suas contradições no trato de seu objeto de intervenção, para sustentar a base de legitimidade de sua ação profissional. Cabe aqui o destaque da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por ser pioneira na formulação de uma nova proposta de revisão curricular, que foi referência nacional para a profissão (NETTO, 2006, p.13).

A partir dessa perspectiva, o profissional compreenderá que sua ação tem uma implicação política, visto que o sujeito sempre atua teleologicamente, isto é, orientado de acordo com necessidades e interesses, com vistas a defesa de um projeto profissional (Netto, 2006). Assim, seu fazer profissional terá uma finalidade a ser alcançada, a partir do uso de valores para legitimar a escolha da defesa do mesmo.

Esse projeto societário, conforme exposto pelo autor, apresenta uma “imagem a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la ” (NETTO, 2006, p. 2) como proposta para um conjunto de sociedade. Ele é ao mesmo tempo um

projeto de classe, dado que essa organização implica um olhar macro da sociedade em relação às relações de poder existentes nela.

Não obstante, Serviço Social constrói uma organização política, jurídica, normativa, que busca romper com o conservadorismo e defenda os valores que fomentem a superação desta ordem societária, pautada na mercantilização da vida social e na exploração das diversas esferas da vida dos sujeitos (FORTI, 2013 *apud* SILVA; SILVA; JUNIOR, p.11).

Dito isso, ocorreria uma reorganização das entidades profissionais consoante a esta perspectiva, culminando em um amplo processo de revisão curricular fomentado pela ABESS²⁰, sendo o Currículo de 1982, o marco do processo de transição teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo profissional. Vale ressaltar aqui, a centralidade que este currículo tem para a profissão (mesmo com suas limitações), no avanço em disseminar a ideia da intervenção para “além do saber fazer, na afirmação da necessária unidade teoria e prática” (CARDOSO, 2016 *apud* DUARTE, 2019, p.11).

Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da “questão social” exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender.

Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 2006, p. 13).

Já em 1986, a construção do Código de Ética Profissional representou um rompimento ético, ideológico e político com as perspectivas neotomistas e funcionalistas dos códigos conservadores anteriores. Tal fato foi evidenciado por conta do seu direcionamento político estar pautado no compromisso profissional com a massa da população, a classe trabalhadora (NETTO, 2006, p.14). Vale salientar que o mesmo também apresentou algumas fragilidades, visto que a reflexão no campo da ética não tinha tanto relevo no corpo profissional naquela época. Em resumo, tinha como características, aspectos políticos, normativos,

²⁰ A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), era uma entidade organizativa profissional que teve seu formato institucional redimensionado em 1998, surgindo então a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Vide NETTO, 2006, p.12).

punitivos e ideológicos que, conforme houve apropriação do debate da ética²¹, necessitou de nova revisão em 1993.

Como aponta Teixeira e Braz (2009, p.14 - 15), o processo de consolidação desse novo projeto profissional na década de noventa foi fruto da maturidade profissional, decorrente do aumento da produção de conhecimento dos centros de formação. Ainda, é dada relevância também na maturidade político-organizativa da categoria por meio de suas entidades e de seus fóruns deliberativos, que fomentaram espaços debates e reflexões acerca da profissão.

Tudo isso foi propulsor para a revisão do Código de Ética de 1986, que se apropriou de todos esses novos acúmulos teóricos realizados pela categoria profissional durante esses anos de recusa ao tradicionalismo na profissão, bem como de novos elementos colocados ao debate ético, para dar novo formato ao Código de Ética que temos hoje (TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M., 2009, p.15).

O Código de Ética, de 1993, possui um caráter educativo e norteador, uma vez que se organiza a partir de princípios, direitos e vetos para orientar a conduta ética, por meio de seus princípios ético-políticos para atuação em seu exercício profissional (SILVA, 2015, p.3). Ele tem como princípio fundamental o reconhecimento da liberdade²²; a defesa dos direitos humanos e sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora; defesa e garantia do pluralismo; ampliação e consolidação da cidadania e da democracia²³; a defesa da equidade e justiça social; bem como a eliminação de todos os tipos de preconceitos, na defesa de uma nova ordem social sem qualquer tipo de exploração e discriminação. Além disso, fomenta a articulação com movimentos sociais e também o compromisso profissional com a qualidade de serviços que o assistente social executa (CFESS apud SILVA, 2015, p.4).

Temos também no campo jurídico-político do Serviço Social a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), no qual traz todas as instâncias de

²¹ Teixeira e Braz (2009, p.14) também salientam os avanços em torno da produção teórica que culminará em saltos significativos tanto quantitativamente quanto qualitativamente para esse novo projeto profissional, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação, tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

²² “A liberdade, enquanto valor ético central é compreendida enquanto algo construído de forma coletiva, logo (...) é vista como fonte para conquista de outros valores como a emancipação, a autonomia e o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, o que se remete ao significado do fim da exploração do homem pelo homem, como já citado anteriormente.” (SILVA, 2015, p.4).

²³ “Esse valor é destacado por indicar a necessidade da socialização da riqueza e distribuição da renda, do acesso de oportunidades para que todos sem nenhum tipo de distinção, pelo direito de viver dignamente com boas condições de moradia, saúde, educação, cultura e lazer.” (Idem, p. 4).

controle, fiscalização, sistematização e normatização da profissão. Com isso, ela consegue situar quais são as atribuições e as competências profissionais, qualificando a intervenção nas expressões da questão social, bem como reafirmando o compromisso da profissão com as lutas sociais e com a garantia e defesas de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Já no caso das Novas Diretrizes Curriculares de 1996, elas aperfeiçoam o currículo de 82 e trazem “conhecimentos, habilidades e competências, dentre elas a investigação no exercício profissional, que buscam a formação de determinado perfil profissional – generalista e crítico, na direção da articulação entre formação e exercício profissional (DUARTE, 2019, p.12).

Conforme é apontado por Iamamoto e Escurra (2020), ela tem como centralidade a “questão social” e o “trabalho”, sendo que elas definem a questão social como “um conjunto da expressão de desigualdades e de lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, constituindo o objeto ou a ‘matéria’ sobre qual incide o trabalho do assistente social.” (IAMAMOTO; ESCURRA, 2020, p.94). Isto posto, as Diretrizes Curriculares de 1996 buscam “entender a prática do assistente social como trabalho e seu exercício profissional como parte de um processo de trabalho” (Idem, p.98).

Essa análise como ponto de partida para pensarmos a profissão, nos permite compreender a historicidade da profissão inserida nas relações sociais no modo de produção capitalista, e sua relação com as classes sociais e o Estado. Logo, as autoras pontuam que essa lógica permite compreender a profissão como um processo, uma vez que ela se modifica de acordo com as transformações sociais em que a profissão se insere.

Portanto, esse conjunto de legislações sustentam o Projeto Ético-Político, visto que eles reforçam o exercício da profissão, como também estabelece a defesa à autonomia profissional para sua intervenção. Nesse sentido, essas normatizações propiciaram a “construção e fortalecimento de um projeto profissional que expressasse melhor a complexidade da sociedade capitalista e da sua articulação com o Serviço Social: é o Projeto Ético-Político Profissional” (DUARTE, 2019, p.12).

1.6. Marxismo e o projeto profissional do Serviço Social: contribuições para a construção do Projeto-Ético- Político contemporâneo.

Como vimos anteriormente, é recente o debate a respeito do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que suas raízes estão calcadas no processo histórico global e latinoamericano vivenciados entre as décadas de setenta e oitenta do século XX, que culminou no enfrentamento, recusa e crítica ao conservadorismo na profissão, e a construção de uma auto-imagem do Serviço Social.

Segundo Teixeira e Braz (2009), podemos entender que o projeto-ético-político é uma expressão das mediações existentes entre projetos societários e projetos profissionais, devido ao fato dele se reproduzir em meio às contradições econômicas e políticas intrínsecas à organização das classes sociais antagônicas.

No caso do Serviço Social, tanto no plano ideal (das ideias) quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm procuram lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos etc.) (TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M., 2009. p. 5)

Em síntese, Netto (2006) expõe que o projeto profissional envolve vários elementos, sendo eles:

(...) uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente. Esta articulação – imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional – é complexa e não se realiza num curto espaço de tempo. Ela exige recursos político-organizativos (já vimos a importância da organização do corpo profissional), processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas (inclusive a análise da relação entre conhecimentos e formas de intervenção) etc. (NETTO, 2006, p. 7)

Esses elementos que envolvem o projeto profissional, é recortado por componentes éticos, que são expressos em normativas morais, prescrições de direitos e deveres, opções de teóricas, ideológicas e políticas na categoria profissional. Isto implica dizer que o mesmo projeto só tem existência histórico-concreta quando é articulado com uma direção político-profissional (NETTO, 2006, p. 8 - 9). Ainda segundo o autor, os desejos populares, conforme os interesses dos trabalhadores, foram incorporados e intensificados por parte da vanguarda da categoria profissional.

Todos esses elementos constitutivos têm em sua base os componentes que lhe dão materialidade. Ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade – podemos dizer: ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais (TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M., 2009, p. 9).

Juntamente a isso, temos que destacar que o amadurecimento intelectual profissional citado acima tornou possível englobar essas matrizes teóricas metodológicas à ruptura da hegemonia do conservadorismo no corpo profissional. Com a perspectiva crítica fundamentada no marxismo foi possível a “incidência, nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas dos trabalhadores” (NETTO, 2006, p.12). Momento este de extrema importância, uma vez que agora será possível a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes.

A construção desse novo perfil profissional do Serviço Social a partir de uma ressignificação do ensino, desencadeou uma formação profissional capaz de responder com eficácia e competência, tanto às demandas sociais tradicionais, quanto emergentes. Também, com um novo olhar para a categoria prático-interventiva, houve uma expansão da prática profissional, a partir do surgimento de novas áreas e de novos campos de intervenção. Podemos dizer que esse movimento de requalificação da prática profissional, foi possível e legitimado devido ao acúmulo teórico crítico das ações nessa prática, bem como ao contexto de conquista de direitos sociais acompanhados pela redemocratização do país.

Tudo isso propiciou a construção do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social, que está em processo até nos dias atuais. Foi durante as décadas de oitenta e noventa do século XX que ele se organizou e está em constante transformação, incorporando novas questões, assimilando problemáticas diversas e enfrentando novos desafios (NETTO, 2006, p. 15).

Como dito anteriormente, tal projeto que se tornou hegemônico na década de noventa, tem como eixo central o reconhecimento da liberdade como valor central, sendo ela conquistada historicamente, “como a possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (Idem, p. 15).

Ele está em sintonia com o projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, que não tenha como centralidade a exploração/dominação de classe, etnia e gênero, mas a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a qualquer tipo de dominação e preconceito tanto na sociedade quanto no cotidiano profissional.

Logo, podemos dizer que, no que tange à sua dimensão política, Netto (2006) aponta que o projeto-ético-político contemporâneo está pautado a favor da equidade e da justiça social, a partir da universalização do acesso de bens e serviços referente às políticas e programas sociais. Há também a defesa de um projeto democrático, que preserve a ampliação e a consolidação da cidadania, a partir da defesa e garantia de direitos civis, políticos e sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Isso implica ao profissional em seu cotidiano uma “competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social” (NETTO, 2006, p.16) , a partir do uso da dimensão investigativa em sua própria prática. Por isso a importância desse olhar na formação acadêmica voltada para a apropriação de perspectivas teórico-metodológicas críticas que permitirão a análise concreta dessa totalidade que nos inserimos. Como aponta o autor, a formação acadêmica “deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa” (Idem, p. 16).

Como aponta Teixeira e Braz (2009):

Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valorização ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M., 2009, p. 7).

Isto posto, o projeto profissional vigente também se pauta em uma nova relação com os usuários para quem o profissional intervém, pois evidencia o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à toda a sociedade, tanto no

que tange aos recursos institucionais para a execução dos mesmos, quanto para sua democratização, universalização e o fomento da participação da população em seus espaços de decisão.

Neste sentido, ressalta-se a articulação da categoria profissional com outras categorias e movimentos sociais que tenham princípios similares pautados na defesa das conquistas históricas das lutas do proletariado.

Em suma, Teixeira e Braz (2009) analisa que o projeto- ético-político é:

(...) expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico- concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M., 2009, p. 12).

Não obstante, por mais que esse projeto profissional tenha se tornado hegemônico dentro do corpo profissional, é necessário esclarecer que ainda existem tendências conservadoras e pós-modernas na profissão. Isto porque, como já vimos anteriormente, existe uma pluralidade dentro do corpo profissional, devido à existência e a concorrência de distintos projetos societários existentes na sociedade (NETTO, 2006).

Ainda na década de noventa, teremos um contexto de grandes transformações societárias na esfera da reprodução e produção do capital, bem como uma crise social global, que ameaçará a implementação deste projeto profissional do Serviço Social. Para isso, trataremos com mais detalhes a temática no próximo capítulo, visto que é necessário compreender a realidade concreta em que o profissional está inserido, como estratégia de enfrentamento (ético, teórico, ideológico, político e prático social) e reafirmação do projeto-ético-político no exercício profissional, “modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população” (NETTO, 2006, p. 19).

Capítulo 2

A proposta da agenda neoliberal frente à crise estrutural do capital: o real sentido de sua implementação para a organização social e para o Serviço Social

O propósito deste capítulo é estabelecer uma análise em relação à articulação entre a conjuntura político-econômica do Brasil e os fundamentos do trabalho do assistente social a partir do viés da teoria social crítica, engendrado durante o contexto de renovação da profissão no Brasil. Para tal, foi necessário abordar com mais afinco nas páginas anteriores, todo o contexto que permitiu a renovação da profissão e as expressões da nova imagem da profissão na atualidade.

É imprescindível para compreensão do trabalho do assistente social, analisar a conjuntura em que se insere a instituição que será solo para o seu exercício profissional - esse exercício de análise conjuntural e institucional dialoga diretamente com nosso objeto de estudo nesta monografia, a dimensão investigativa do Serviço Social.

A instituição onde se insere o assistente social é palco para estratégias de interesse e aliança política, que afetam determinado Estado ou sociedade, e que modificam o seu processo histórico, a fim de consolidar os diferentes projetos societários.

Vimos anteriormente, que o Serviço Social se insere na divisão sócio-técnica do trabalho enquanto uma profissão regulamentada com saber específico para a sua intervenção, que exerce o seu trabalho de forma assalariada. Ainda neste sentido, também foi exposto no capítulo anterior a finalidade da intervenção do profissional e seu principal empregador: o Estado.

Assim, também será abordado no decorrer desse capítulo as particularidades colocadas à profissão e os rebatimentos no fazer profissional do assistente social na contemporaneidade. Como aponta lamamoto (2015, p. 214), para realizar a análise a respeito do exercício profissional, é necessário tomar para si um “complexo de novas determinações e mediações” para compreender o significado social do trabalho do assistente social enquanto um trabalho concreto e um trabalho abstrato, realizado por meio do trabalho assalariado alienado.

Essa condição, segundo a autora, é permeada de tensões entre a direção que o profissional pretende realizar em seu trabalho concreto - em consonância com um projeto profissional que foi historicamente construído e que está em constante transformações - e os desafios que são característicos do trabalho alienado, que “ se repõem na forma assalariada do exercício profissional” (Idem).

Ademais, ao realizar o estudo da conjuntura política do Brasil pós ditadura empresarial militar e implementação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais (mais especificamente até o final do governo de Jair Messias Bolsonaro), será possível vislumbrar a articulação intrínseca entre a política econômica, a política social e o mercado de trabalho profissional.

As alterações no aparato estatal e a entrada da agenda neoliberal em curso durante a década de noventa do século vinte, trará rebatimentos na política social, dado a intrínseca relação entre política econômica e Estado²⁴. Como consequência, essa conjuntura implicará na qualidade dos serviços públicos para a sociedade executados pelo profissional, bem como nas condições de trabalho desses profissionais que atuam nesses serviços (CAVALCANTE e PRÉDES, 2010, p. 1).

É de suma importância nos atermos à vida cotidiana e a produção social no espaço nessa sociedade voltada para a ordem do capital. Isto porque este meio é perpassado por práticas de dominação, contidos na lógica da reprodução social neoliberal e, como consequência, no cotidiano profissional.

Por fim, o caminho a ser realizado contribuirá para “efetivação dos princípios de apreensão da totalidade social e de tratamento teórico-metodológico rigoroso da realidade social e do Serviço Social” (BRANT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p. 118), que é recortado por diversas condicionalidades históricas que incidirão direta e indiretamente no fazer profissional, sendo a dimensão investigativa uma das estratégias para enfrentar os desafios colocados para o profissional.

2.1. Serviço Social, Trabalho e processo de trabalho: implicações para o exercício profissional

Como vimos anteriormente, a herança do movimento de reconceitualização latinoamericano e do processo de renovação do Serviço Social brasileiro

²⁴ Cf. BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história, 6ª Edição, volume 2. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

(principalmente a aproximação com a tradição marxista), propiciou o debate histórico-crítico da profissão, culminando na construção de um novo projeto profissional que trouxe transformações a distintas esferas do Serviço Social brasileiro²⁵. Dentre elas, temos a problemática do entendimento do trabalho do assistente social, no contexto do modo de produção e reprodução social voltado para o capital.

Para isso, de acordo com Iamamoto e Escurra (2020, p. 93), para realizar a análise do trabalho do assistente social, é necessário voltarmos, a priori, para as Diretrizes Curriculares de 1996, dado que os princípios que as fundamentam calcados na tríade História, Teoria e Método²⁶, apontam para a análise da práxis do assistente social como trabalho e seu exercício profissional como parte de um processo de trabalho.

Tal eixo norteador trouxe para o debate a questão social, enquanto base para especialização do trabalho do assistente social, visto que se torna o seu objeto de intervenção (IAMAMOTO e ESCURRA, 2020, p. 94). Sendo ela, “um conjunto de expressão de desigualdades e de lutas sociais, em suas múltiplas manifestações”²⁷ (Idem) na sociedade capitalista, que são desdobramentos da organização do capital para a apropriação de mais-valor obtido a partir do trabalho social.

Assim, tal análise traz também a centralidade da categoria trabalho, dado que a partir da análise de Marx, as autoras expõem que o trabalho é categoria fundante do ser social, pois é um processo que envolve a ação do homem na transformação da natureza de acordo com determinada finalidade de criar valor de uso, ao mesmo tempo que desenvolve as habilidades dessas ações.

²⁵ Iamamoto e Escurra (2020, p.100), a partir da análise do pesquisador Almeida (1996), pontuam a importância do contributo da obra de Iamamoto e Carvalho (1982), para análise do significado sócio histórico da profissão fundamentada na reprodução das relações sociais e da divisão sócio técnica do trabalho, na sociedade capitalista, em sua fase monopolista. Tal direcionamento rompe com o olhar endogenista, focalista à profissão com vistas a uma perspectiva onde busca a análise do Serviço Social na história ao qual ele se insere e se expressa. Isto é, questiona sua necessidade social, seu impacto na sociedade e as mediações sociais pelas quais a profissão se realiza: busca identificar as particularidades dessa especialização do trabalho, tratando-as conforme o seu trabalho concreto e trabalho abstrato.

²⁶“(…) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social; (...) Estabelecimento da dimensão investigativa e da interventiva e da relação teoria e realidade como princípios formativos e condição central da formação profissional; (...) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; Ética como princípio que permeia a formação curricular; etc.” (IAMAMOTO M. V; ESCURRA, M. F., 2020, p.93 -94).

²⁷ Cf. LONDOÑO, S. Q. Capitalismo y pandemia. Reflexiones marxistas. In: EM PAUTA. Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, 2º Sem/ 2021, n.48, v. 19, p. 26 - 47, para mais detalhes sobre a dinâmica do capital, as contradições e as crises nela inerentes.

Enquanto característica universal do ser social, o processo de realização do trabalho é composto por: “atividade adequada a um fim (trabalho), o objeto de trabalho (matéria que é transformada pelo trabalho), os meios de trabalho (os instrumentos que fazem possível essa transformação)” (IAMAMOTO; ESCURRA, 2020, p. 95).

Por mais que o trabalho esteja presente na vida dos sujeitos a diversos séculos como um produto histórico das relações sociais, é na fase moderna da humanidade que ele se configura voltado para a valorização do capital e ao acúmulo de riqueza em prol de classe social, ao mesmo tempo que é uma forma de subsistência para outros sujeitos que necessitam vender a sua força de trabalho.

É nessa fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista é que Marx aponta “uma forma de trabalho histórica específica: o trabalho que produz mercadorias, (...) que tem valor de uso e que tem o valor que o trabalho útil incorpora” (IAMAMOTO e ESCURRA, 2020, p. 96)²⁸. Esse caráter duplo do trabalho analisado por Marx, que as autoras evidenciam, é caracterizado

por um lado, trabalho abstrato, dispêndio de força de trabalho no sentido fisiológico e, nessa qualidade, criador do valor das mercadorias. O trabalho abstratamente humano só existe em uma sociedade baseada na troca e expressa uma determinação puramente social do trabalho que só pode se manifestar na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (ESCURRA, 2015 *apud* IAMAMOTO; ESCURRA, 2020, p. 96 - 97).

Por esta razão, o caráter social específico dessa organização social é constituído pelo caráter humano geral do trabalho, sendo ele, dispêndio de força humana de trabalho sob forma especial, para determinado fim e produz valores de uso, tornando nesta qualidade, trabalho concreto e útil (Idem). Tal fato acontece conforme há a produção de valor e mais-valor. Isto porque

No interior do processo de produção capitalista, o processo de trabalho transcorre sobre o controle do capitalista e o produto é sua propriedade, não do produtor direto. O capitalista compra força de trabalho e meios de produção (matérias primas, equipamentos, meios de trabalho, etc.) e o processo de trabalho se converte em um processo entre coisas que lhe pertencem (ESCURRA, 2015 *apud* IAMAMOTO; ESCURRA, 2020, p.97). Nesse processo, “os meios de produção empregam o trabalhador, de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determina

²⁸ Segundo Iamamoto e Ecurra (2020, p.96), “o caráter próprio da teoria de Marx sobre o valor radica exatamente na explicação precisa do tipo de trabalho que cria valor. Ele ressalta que foi o primeiro que analisou e pôs em evidência essa natureza dupla cujo conhecimento é essencial para elaborar a crítica da economia política”.

quantidade de valor, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado, suga trabalho vivo para se conservar e se incrementar.” (MARX, 1985, p.75 *apud* IAMAMOTO; ESCURRA, 2020, p. 97).

Assim, compreendendo que o Serviço Social está inserido nessa divisão sociotécnica do trabalho²⁹, enquanto expressão de um tipo de especialização de um processo de trabalho, requer entender que, ao mesmo tempo que as condições macro-sociais a determinam, ela também é resultado de iniciativas dos sujeitos que as realizam, que transmite suas finalidades ético-políticas³⁰ (Idem, p. 98).

De acordo com lamamoto (2015),

a identificação da particularidade dessa atividade profissional na divisão social e técnica do trabalho social não se esgota na indicação do valor de uso dos serviços prestados, da qualidade do trabalho realizado. Isto porque ela é também portadora de trabalho humano indiferenciado, trabalho humano abstrato, analisado na óptica de sua quantidade, parte do trabalho social médio, que participa na produção e/ou distribuição da mais-valia socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais (IAMAMOTO, 2015, p.214).

Compreender a profissão por este viés significa entendê-la como um processo. Pois, conforme ocorrem transformações nas condições e relações sociais em que ela se insere, isso trará rebatimentos para o exercício profissional e, como consequência, para a forma que a profissão deve responder a tal demanda. Isto posto, existem diferentes processos de trabalho em que o assistente social se insere enquanto trabalhador especializado³¹, mas também existem peculiaridades características da profissão:

²⁹ lamamoto (2015, p. 213) expõe que o debate da profissão na divisão sociotécnica do trabalho foi difundido amplamente na categoria profissional, mas ficou predominante nas particularidades do Serviço Social como trabalho concreto, em distintos debates. Todavia, a análise do processo do trabalho do assistente social não foi central como também não foi totalizado em suas múltiplas determinações. Isso culminou em uma fragilidade na mediação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional, que recortam diversos elementos presentes no cotidiano que ainda necessitam ser explorados pela categoria profissional.

Ademais, a divisão do trabalho é uma divisão que supõe relações capitalistas de propriedade, daqueles que têm ou não os meios de produção, ou seja, entre as classes sociais. As relações são realizadas a partir do mercado, pela compra e venda de mercadorias (Idem, p.216).

³⁰ Como vimos anteriormente no primeiro capítulo e, corroborando com as autoras, “as políticas sociais se afirmam como um dos elementos constitutivos do processo de trabalho em que se insere o/a Assistente Social, enquanto uma das respostas institucionais de enfrentamento da questão social.” (IAMAMOTO; ESCURRA, 2020, p. 98).

³¹ “O significado do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2015, p.215).

o Serviço Social é uma profissão, um trabalho especializado que exige diplomação superior, possui mandato legal e científico, assim como autonomia técnica; o trabalho do assistente social se realiza na tensão entre uma autonomia técnica e a lógica estrutural do trabalho capitalista; a autonomia legal é confrontada com a própria condição de assalariamento com que o profissional de serviço social sempre exerceu o seu trabalho, pois ao vender sua força de trabalho ele é submetido às normas institucionais; no seu trabalho revela-se uma característica que está presente dentro de atividades da esfera dos serviços, na medida em que está voltado para a produção de condições necessárias à manutenção do processo social de produção (IAMAMOTO e ESCURRA, 2020, p.101 - 102).

Ainda nesse sentido, a tensão entre a autonomia técnica e a lógica estrutural do trabalho capitalista, ou seja, a autonomia técnica e a condição de assalariamento do assistente social também implica em uma tensão entre o projeto ético-político profissional.

Conforme aponta lamamoto (2015) e lamamoto e Ecurra (2020), por mais que a autonomia relativa do assistente social esteja legitimada pelas legislações, regulamentações de uma profissão liberal, pela luta política - organizativa da categoria e do saber especializado a partir da formação acadêmica profissional, a condição de assalariamento desses profissionais sujeita o trabalho dos mesmos aos dilemas e contradições (entre elas a precarização e alienação) do trabalho abstrato. Como consequência, são colocados elementos que limitam a sua autonomia para a condução de seu trabalho alinhado à direção do projeto profissional hegemônico³².

De acordo com a autora,

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incidem o seu trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Portanto, é nessa conjuntura que o profissional está também vinculado com os demais trabalhadores, integrando o conjunto da classe trabalhadora. Além disso, no

³² Segundo lamamoto (2015, p. 214) “Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto - afirmando a sua dimensão teleológica e criadora -, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional (...) no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe.” (IN: IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social., 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015).

exercício profissional existem mediações que são impactos da relação do mercado de trabalho com a atividade assalariada, ou seja,

da compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral - o dinheiro - que expressa o valor de troca dessa força de trabalho, corporificado no salário, atestando estar essa atividade profissional inserida no reino do valor na sociedade capitalista (Idem).

O assistente social ao se inserir no mercado de trabalho, enquanto trabalhador assalariado, venderá a sua força de trabalho, pois como atende a uma determinada demanda social, é uma mercadoria com valor de uso, que também tem o seu valor de troca (salário). Ainda segundo Iamamoto (2015, p. 218), é por esse encadeamento que se tem a objetificação do valor de uso dessa força de trabalho, “expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão social do trabalho”.

A condição assalariada (...) envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. (...) Assim, as exigências impostas (...), também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salários, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2015, p. 218 - 219).

É imprescindível destacar que, sendo a profissão inserida e atuante na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, o trabalho do assistente social estará suscetível aos impactos das transformações e lutas sociais que implicarão na forma em que as necessidades sociais dos sujeitos, agora transformadas em demandas sociais (colocadas por seu empregador) serão respondidas. Com o uso de sua autonomia relativa, o assistente social terá seu protagonismo profissional.

A autora faz uma ponderação crucial para compreendermos a importância do uso e defesa da autonomia relativa no exercício profissional. É a partir dela que se é possível “imprimir uma direção social ao exercício profissional (...) - moldando o seu

conteúdo e o modo de operá-lo” (IAMAMOTO, p. 220). Além disso, sua concretude depende da “correlação de forças econômicas, políticas e culturais em nível societário e se expressa , de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com os sujeitos sociais determinados” (Idem).

Não obstante, lamamoto (2015, p. 219) aponta, as imposições colocadas pelo mercado de trabalho nesta condição em que o profissional vende a sua força de trabalho, impõe ao assistente social, se adequar às exigências desse empregador. Isso significa que esses profissionais estão sujeitos ao mercado, bem como ao trabalho alienado. Por isso, defender a autonomia relativa dos assistentes sociais, implica em “potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade” (Idem).

Em suma, nesses espaços ocupacionais da profissão o profissional tem as suas atribuições e competências que, em seu cotidiano, são permeadas por elementos que são atravessados por determinações de classe. Elas recortam as distintas esferas da vida dos sujeitos “atendidos”, tornando as demandas sociais impostas pelos empregadores, em necessidades sociais para além do privado, ou seja, para o âmbito coletivo.

Portanto, o cotidiano é rico de determinações e contradições tanto daquelas que reforçam a lógica do modo de organização da sociedade capitalista, bem como tem a chave para os enfrentamentos das expressões da questão social apresentadas. Logo, devemos analisar com mais afinco o movimento da sociedade e da reprodução do capital, que são terreno para o exercício profissional ao mesmo tempo que dá clareza à particularidade da profissão, no trato de seu objeto de intervenção como também no seu papel classista (IAMAMOTO, p.221).

2.2. A passagem do século: conjuntura histórica do Brasil na década de noventa e os rebatimentos na atualidade

Ao falar da conjuntura atual da sociedade brasileira, é necessário realizar um breve resgate da organização e funcionalidade do Estado e do modo de produção capitalista no globo, uma vez que estes acontecimentos trouxeram desdobramentos

ou mudanças no cenário atual e incidem diretamente no cotidiano profissional do assistente social.

A década de sessenta expôs a fragilidade da organização do capital no modelo Welfare State³³ que, juntamente com a crise de superprodução na esfera produtiva³⁴ e a crise do socialismo real³⁵, evidenciou grandes transformações societárias como consequência do desenvolvimento impetuoso dessa ordem social vigente. No que tange ao campo social, observou-se o acirramento e modificações frente às manifestações das expressões da questão social nas relações de reprodução social³⁶: crescente desigualdade social, pauperismo, desemprego em massa, agudização da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria (GALDINO, 2019, p.35), bem como a fragmentação da classe trabalhadora.

Em vista disso, o próprio sistema se utiliza de mecanismos para reconfigurar sua dinâmica de produção e acumulação, a fim de responder e superar a crise em suas bases, redimensionando e aprofundando os processos econômicos e políticos, na esfera de produção e reprodução das relações sociais. Conforme é citado por Galdino (2019), este período está marcado pela nova fase do capitalismo avançado,

³³ “Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção”. (HARVEY, 2011, p. 129). Como sugestão de complementação para entender sobre o Welfare State, recomenda-se a seguinte leitura: BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Capítulo 3: Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. In: BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história, 6ª Edição, volume 2. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

³⁴ “A partir da década de 1970, ficou evidente a incapacidade do fordismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. Essas dificuldades são apreendidas desde a rigidez até os investimentos em capital fixo. Desse modo, a saída para tal crise foram as mudanças no Estado e no controle do trabalho, materializado, principalmente, na inovação tecnológica e na dispersão geográfica para acelerar o tempo de giro do capital, ao mesmo tempo que se reduz o tempo de giro do consumo.” (HARVEY apud GALDINO, 2019, p.46).

³⁵ Cf. NETTO, J. P. Crise do socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo, Cortez Editora, 1993.

³⁶ “Em contexto de crise estrutural do capital, nos termos marxianos assumidos nesta análise (Marx, 2009; Mandel, 1990; Boschetti, 2016) agudizam-se as expressões da questão social revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora. Os processos contemporâneos de acumulação capitalista, em sua sanha para ampliar as taxas de lucros, se renovam incessantemente na tentativa de assegurar as bases sociais de reprodução do capital (Fontes, 2010). O embrutecimento das condições de vida e a destruição de direitos conquistados revelam os processos de expropriação ao qual a classe trabalhadora vem sendo subjugada e apontam os árduos desafios postos ao trabalho de assistentes sociais, que lidam cotidianamente com as mais variadas e agudas manifestações da questão social.” (BOSCHETTI, 2017, p. 55).

multinacional e de flexibilidade tanto nos produtos e no padrão de consumo³⁷, quanto na produção e nos processos de trabalho³⁸.

A crise em questão abala toda a racionalidade objetiva (capitalista e do trabalho), o que favorece pressupostos subjetivistas e irracionalistas. (...) A partir da crise, o capital articulou uma ampla reorganização aos níveis da esfera da produção e das relações sociais. Isso significou a reestruturação produtiva da economia e da produção, bem como da reprodução social, inferindo na cultura, em mecanismos sociopolíticos e institucionais (MOTA apud GALDINO, 2019, p.40).

No caso, houve uma reorganização do capital, na esfera da acumulação flexível, que implicou em um novo modelo socioeconômico: o neoliberalismo. Nele, a política de mercado é mais importante que a política de proteção social. Ocorreu cada vez mais a expansão das taxas de lucro, além da expansão do capital, nas esferas da vida dos sujeitos que ainda não haviam sido controladas.

Citando Harvey, Galdino (2019) expõe que esse processo trouxe diversas mudanças nas relações sociais, sendo um exemplo o triunfo da estética sobre a ética. Ainda neste raciocínio a autora expõe que “ a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre as verdades eternas, e, no âmbito da política, deslocou do âmbito de fundamentação material e político-econômica para privilegiar ‘práticas políticas e culturais autônomas’” (GALDINO, 2019, p. 47).

Por conseguinte, nas décadas seguintes observa-se, nos países em que o capitalismo já se consolidou, a constituição de um Estado mínimo para os sujeitos, e máximo para o capital. Estado este, que passa a enxugar seu aparato, no que tange a políticas e programas sociais, mas que fomenta a disseminação do neoliberalismo em sua estrutura, tendo como centralidade em sua agenda o desenvolvimento da economia, como principal mecanismo para enfrentar as demandas sociais de determinado país.

Vale ressaltar que, neste período no Brasil, era vivenciado o período ditatorial. Logo, juntando esse processo de implementação do redimensionamento da

³⁷ Ainda segundo a autora e, citando a análise realizada por Harvey, esse processo culminou no surgimento de novos setores, novos mercados, novas formas de serviços financeiros, inovação organizacional e temporal nunca antes vistos. Para mais detalhes, cf. “A condição pós-moderna”, de David Harvey.

³⁸ “A flexibilidade colocada ao mercado de trabalho (contratos temporários), a desterritorialização da produção, o *just in time* e a primazia do mercado financeiro dão sustentabilidade para um novo processo de acumulação, que tem como centro a efemeridade e a instabilidade.” (GALDINO, 2019, p. 47).

expansão do capital com a crise social, econômica e política decorrente desse processo, surgiram novas demandas sociais que acirraram ainda mais aquelas que parte da população já vivenciava.

Como desdobramento, houve processo de contestação ao regime da ditadura empresarial - militar, no qual parte da sociedade se via em um grande movimento que buscava romper com esta ordem política. Todavia, somente na década de oitenta, com forte apoio popular, ocorreu o processo de redemocratização do país, sendo sua materialização a Constituição Federal de 1988.

Símbolo do processo de redemocratização do país, a chamada Constituição Cidadã foi pioneira no que se refere à ideia de Seguridade Social, reconhecendo a luta histórica pela população brasileira, pela liberdade política e pelos direitos civis. Todavia, conforme será abordado no item 2.3, ela vem sofrendo um grande desafio para sua real implementação, em consequência da organização do Estado no trato das políticas sociais.

Em síntese, a crise econômica que já existia no país, se agravou durante o período ditatorial. Em resposta, os governos buscaram medidas econômicas que amenizassem a dívida pública em relação ao mercado internacional e à ascensão da inflação para frear a recessão. Vale ressaltar que nos atentaremos à conjuntura política brasileira a partir do governo Collor³⁹, pois é em seu mandato que o neoliberalismo é implantado na agenda do governo enquanto estratégia para o desenvolvimento, e que se acirra a crise hegemônica burguesa.

Segundo Macieira (2020), o objetivo inicial do governo era combater a inflação. Porém, se transformou numa correção do padrão de acumulação capitalista e no fortalecimento da ideia da ineficácia do Estado. Tais ações justificaram a redução do papel do Estado na área social, evidenciando uma larga ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas⁴⁰ respaldados pela Constituição Federal de 1988. Mesmo com a adoção dessas medidas que iniciaram o processo de redução do aparato estatal e da proposta de inserção do país no mercado internacional, houve a continuidade da crise e da inflação que, juntamente com a insatisfação popular e os escândalos de

³⁹ Mandato de 1990 - 1992, quando renunciou ao cargo enquanto era tramitado no Senado Federal o seu processo impeachment.

⁴⁰ Citando Maciel (2011), a autora expõe que buscou-se o aumento da taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho. (MACIEIRA, 2020).

corrupção, gerou o impeachment do presidente Collor.

Já no governo de Itamar Franco⁴¹, vice de Collor, foi realizado um pacto com os bancos internacionais que emprestavam dinheiro para o Estado brasileiro, como também foi implementado o Plano Real, garantindo uma breve estabilidade econômica.

Dando continuidade à agenda neoliberal, principalmente consolidando as imposições de ajuste macro-econômico pelo FMI e Banco Mundial, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁴², o Estado brasileiro se abstém de suas responsabilidades estabelecidas na Constituição Federal, bem como fomentou e implementou mudanças na esfera social, política e econômica, ressignificando as relações de produção e reprodução social do capitalismo brasileiro para sua integração ao contexto do capital internacional.

Resumidamente, o governo de FHC buscava como meta o ajuste estrutural sob a ótica do Consenso de Washington (1989)⁴³, a partir da lógica do o discurso da "incompetência/ineficiência genérica do Estado", e da naturalização da "questão social e da pobreza, apagando qualquer indicativo de um fenômeno de classe e escamoteando as reais causas da pauperização" (VALLE; LEITE, 2018, p.116). Como consequência, ocorre o processo de contrarreforma do aparato estatal, no qual se garante o máximo do enxugamento do Estado, por meio de privatizações de empresas, ações e serviços estatais⁴⁴. Essas medidas ocasionaram uma crise cambial que agudizou ainda mais os 'problemas sociais' no país.

⁴¹ Mandato de 1992 - 1995.

⁴² Governo de 1995 - 2002.

⁴³ O Consenso de Washington foi fruto de uma reunião entre os organismos de financiamento internacional criados a partir de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos. Seu objetivo principal é orientar as reformas econômicas nos países latino-americanos. Tinha como fundamentação a "ideologia neoliberal, que destaca o primado do mercado livre e aberto, em convivência com um Estado mínimo e preconiza: estabilização econômica (combate à inflação); realização das reformas estruturais (privatização, desregulamentação de mercados, liberação financeira e comercial); retomada dos investimentos estrangeiros para incrementar o desenvolvimento". (A CONTRA-REFORMA do Estado e o reordenamento das políticas sociais brasileiras, Rio de Janeiro: PUC-Rio, p. 33 - 51).

⁴⁴ As expressões da questão social são vistas sob "uma ótica filantrópica (em detrimento dos avanços societários conquistados), restringe o espaço dos direitos sociais e trabalhistas, e busca reforçar as garantias de propriedade privada, bem como aprofundar o ideário do gerenciamento. Trata-se, pois, não da limitação ou redução do papel do Estado, mas sim da diminuição do poder das classes subalternas dentro desse aparato. Esse Estado seletivo, ainda segundo Fontes (2012), engendra uma cínica cultura cívica e democrática (de participação e representação), a fim de adestrar consensos sociais por meio do disciplinamento das massas mediante categorias como: empoderamento, responsabilidade social, empresa cidadã, empreendedorismo e sustentabilidade." (VALLE; LEITE, 2018, p.116 -117).

Diante do contexto apresentado, nas eleições de 2002 Lula assume o poder e, pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores assume a presidência. Contudo, seu governo não se desenvolveu como o esperado. Por mais que defendesse uma política de contenção da dívida externa e da redução da desigualdade social e do desequilíbrio macroeconômico, o presidente continuou na direção de seu antecessor no trato das políticas sociais⁴⁵. Vinculadas a elas, também haviam a implementação de políticas de transferência de renda para os menos favorecidos, bem como políticas desenvolvimentistas, que fomentaram o crescimento interno, a restauração dos bancos nacionais e o veto às privatizações no aparato estatal.

Ainda na era do PT, mas com a herança de uma economia global em recuperação da crise do *subprime* de 2008⁴⁶, o governo de Dilma Rousseff se caracterizou pela direção da política econômica de mudança de preços relativos. Entretanto, sua execução não foi de acordo com o esperado em seu plano de governo. Houve uma estagnação da economia e um aumento na taxa de juros, culminando em um entrave com o seu bloco de poder e com o financiamento de programas sociais.

Com o contexto de descobertas de corrupção pelo Partido dos Trabalhadores e de insatisfação da classe média em relação ao enfrentamento da crise do país, a então presidente do Brasil foi destituída do poder por um impeachment, aprovado pelo legislativo e sob a justificativa de crime de responsabilidade fiscal⁴⁷.

Com a ascensão de seu vice, Michel Temer, vemos um período obscuro no cenário de promoção da dignidade e dos direitos sociais. Com o discurso de que a desigualdade social diminuiu com o crescimento econômico, seu governo foi repleto de medidas de esvaziamento total do aparato estatal, resgatando a ideia do enxugamento estatal no governo FHC, na década de noventa: um Estado Mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital, promovendo e incentivando o mercado para a livre iniciativa e livre competitividade.

⁴⁵ É importante destacar que foi durante o primeiro governo Lula, foi implementada a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, “que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública” (SANTANA; JÚNIOR, 2006, p. 148), no mesmo ano em que é publicada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Para mais detalhes, vide SANTANA, G. D.; JÚNIOR, H. S. R. As Parcerias Público-Privadas: Solução ou Problema? In: Prismas: Dir., Pol. Pub. e Mundial, Brasília, v.3, n.1, p. 148 - 181, jan/jun. 2006.

⁴⁶ Cf. JÚNIOR, A. A. S. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social no Brasil. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v.21, n.1, p. 96-107, jan./abr., 2018. ISSN:1982-0259.

⁴⁷ Cf. SOUZA, F. V. L. de. Contextualizando o Golpe de 2016 e seus impactos nas políticas sociais. In: Anais do VI Seminário CETROS Crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora, Fortaleza (CE), 2018, p. 1 - 9, ISSN: 2246 - 8126.

Para se ter uma ideia, foram extintos alguns Ministérios, dificultando a garantia de alguns direitos; foram reduzidos e congelados gastos na Seguridade Social (PEC 95); foi realizada a reforma trabalhista e proposta a reforma da previdência (promulgada no governo Bolsonaro); etc. Essas medidas violam os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, acirrando a precarização, e intensificação do trabalho e o desemprego, rompendo com qualquer tentativa de emancipação humana dos sujeitos, mas sim agravando ainda mais a questão social.

O agravamento das contradições da sociedade brasileira se intensificou a partir do mandato de Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022) e, conforme Yazbek *et al.* (2021) expõem, as formas mais bárbaras de produção e reprodução social nunca foram mais evidentes do que no contexto de crise do capital, em conjunto com a pandemia da COVID - 19⁴⁸.

Segundo Behring *et al* (2021, p. 126), seu governo neofascista é marcado por uma direção econômica de radicalização do neoliberalismo, no qual eles chamam de ultraneoliberalismo, e de um combate reacionário a ideais democráticos e perspectivas emancipatórias com vistas à uma referência a um passado mítico de lei e ordem (no caso a Ditadura Empresarial Militar)⁴⁹. As liberdades democráticas e liberdades individuais são fortemente atacadas com base no reforço do racismo, das opressões de gênero, de etnia, dos povos indígenas e do público LGBTQIA +⁵⁰.

Yazbek *et al* (2021) pontua que, no governo de Bolsonaro, a relação entre o capital estrangeiro e as economias nacionais se encontram mais acirradas, aprofundando ainda mais a relação de dependência com o mercado internacional⁵¹; a questão social se encontra intensificada, devido à superexploração da força de

⁴⁸ “(...) sobressai a intensificação do trabalho aprofundada com a superexploração no capitalismo, acirrando expressões da questão social com o crescimento do desemprego, da informalização, da precarização do trabalho e das medidas regressivas de direitos.” (YAZBEK; BRAVO; MARTINELLI E SILVA, 2021, p. 7).

⁴⁹ Os autores também expõem o superdimensionamento da importância das forças armadas no governo Bolsonaro. É possível perceber isso devido ao amplo número de ministros e cargos comissionados para militares. Além disso, há um aumento do orçamento para os mesmos, sob o recorrente discurso de uma intervenção militar para colocar ordem no país, enquanto em relação à segurança pública, em ações de proteção, fiscalização e prevenção, a destinação dos recursos só foi diminuindo. Para mais detalhes, vide: BEHRING *et al*, 2021, p.130 - 131.

⁵⁰ Esses ataques são justificados pelo: “(...) apelo à ‘lei e ordem’ e reforço da política de ‘Segurança Pública’; e o ‘combate ao crime e à corrupção’ que, na verdade, endossa a feição do neofascismo como ideologia de combate que prega a aniquilação de seus oponentes.” (BEHRING *et al*, 2021, p.127).

⁵¹ É nítida essa tendência na análise do Orçamento Geral da União por BEHRING *et al* (2021). Quando foi analisado o destinamento de recursos para as funções econômicas, foi constatado o peso do setor agropecuário (voltado para a agroexportação) e do setor extrativista mineral no direcionamento do fundo público, reforçando o caráter exportador da economia do país.

trabalho - agravando ainda mais a troca do trabalho vivo, para o trabalho morto - aumentando o exército industrial de reserva e agudizando a precarização das condições de vida e trabalho dos sujeitos, sem respaldo em direitos trabalhistas e vínculos de trabalho.

Ocorre também, um “acelerado desfinanciamento e descaracterização das ações que, historicamente, viabilizaram o acesso, mesmo que parcial e focalizado, aos direitos à saúde, previdência e assistência social no Brasil” (BEHRING *et al*, 2021, p.140). Isso provocou uma agudização na precarização das políticas sociais; na privatização de serviços; nas reformas que dizimam os direitos sociais; no congelamento de gastos públicos; no retorno do mapa da fome no país, atingindo os sujeitos mais paupérrimos e minoritários da classe trabalhadora. Para além, com essas condições colocadas à população brasileira, evidencia-se o descaso do poder público com a crise sanitária vivenciada durante o seu governo.

O desprezo pelos valores humanos e pela vida, em prol dos ditames do capital, evidenciam a omissão do Estado na prevenção e execução de medidas para o controle da pandemia.

É importante destacar que, mesmo com seu sucateamento, a política de assistência social durante a crise sanitária, ainda amorteceu um pouco os danos causados pela conjuntura atual, por meio das políticas de transferência de renda ou emergenciais. Isto porque mais da metade de seu recurso foi destinado a esses benefícios, em comparação com aqueles destinados a ampliação da oferta da rede de serviços de proteção básica e especial da assistência social e a melhoria nas condições de trabalho para os profissionais do SUAS (BEHRING *et al*, 2021, p.144) .

Já na área da previdência, a direção tomada pelo governo de Bolsonaro se deu na continuação do processo de contrarreforma, desmonte e descaracterização dos direitos previdenciários, em contraponto com um crescente cenário do desemprego estrutural, do desaparecimento de postos de trabalho e o aumento de postos de trabalho informal, culminando na baixa cobertura e proteção previdenciária dos sujeitos economicamente ativos (Idem, p. 145).

A área da saúde sofreu um grande processo de privatização e focalização dos serviços, sendo que somente durante a crise sanitária houve uma aumento orçamentário na área, para o enfrentamento da emergência de saúde pública ocorrido por conta do coronavírus. Em contrapartida, durante o governo bolsonarista

foram excluídos da pasta programas e ações voltadas para determinado público, como também não havia a redistribuição do orçamento, devido a não apresentação de autorização da dotação orçamentária.

Podemos observar que a Seguridade Social estabelecida na Constituição Federal de 1988, vive grandes desafios para a real implementação do seu sistema de proteção. Ao analisar historicamente, é possível vislumbrar que ela vive num processo de desmonte e obstaculização, decorrente da tendência de desfinanciamento e descaracterização de ações que viabilizem a garantia de tais direitos, enquanto cresce cada vez mais novas demandas sociais, que ainda estão sendo compreendidas pelo Serviço Social.

2.3. Cotidiano profissional e quais as implicações para o trabalho do assistente social

A proposta de elucidar com mais detalhes a conjuntura social brasileira da década de noventa até a atualidade, bem como a condição do assistente social enquanto trabalhador assalariado, tem como objetivo principal discorrer sobre as implicações que esses elementos trarão ao espaço sócio-ocupacional e à dinâmica do cotidiano do exercício profissional do assistente social. Para isso, devemos compreender o que é o que chamamos de cotidiano, para identificar os elementos que recortam o mesmo, e que irão incidir no processo de trabalho em que o assistente social está inserido.

Dito isso, será esboçada uma análise conceitual a partir de Henri Lefebvre em relação à re-produção das relações sociais de produção e às contradições da práxis humana para o entendimento da vida cotidiana, uma vez que ela está permeada de práticas de dominação que legitimam a ordem social vigente, ou seja, tal direção contribuirá no entendimento que esse cotidiano pertence a uma totalidade (BRANDT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p. 117).

Segundo Brant et al (2020), Lefebvre expõe a necessidade da realização de um estudo aprofundado sobre a reprodução social, visto que ela sofreu e vem sofrendo grandes transformações no século XX que, em resposta à elas, o modo de produção capitalista se defende “num front mais amplo, mais diversificado e mais

complexo, a saber: a re-produção⁵² das relações sociais” (BRANDT; CARDOSO; BEVEDER apud LEFEBVRE, 2020, p. 119).

De acordo com o autor, a reprodução das relações sociais é uma chave heurística essencial para analisar a realidade, as dimensões do cotidiano, enquanto uma totalidade concreta e contraditória que está sempre em processo de transformação e que geram novas condições para a reprodução do capital.

Para isso, é necessário ter como pressuposto, o capital como relação social “que exige para existir, a expropriação e subjugação dos trabalhadores e a apropriação e dominação dos capitalistas” (Ibid., p. 120) em determinada formação socioeconômica, bem como o conceito de produção voltado para a produção social total⁵³. Isto porque, segundo Brant et al (2020, p.120) ao analisar Lefebvre,

(...) o ser humano, enquanto ser social, produz ‘sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo’ e, portanto, ‘produz formas políticas, jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas. A produção em sentido lato, compreende pois, uma multiplicidade de obras e formas diversas. (BRANDT; CARDOSO; BEVEDER apud LEFEBVRE, 2020, p. 120).

É necessário pensar que o funcionamento de re-produção das relações sociais é um “processo de reprodução de uma totalidade aberta”, que propiciará em seu movimento, novas relações sociais criadas “por novas práticas sociais e pela permanência de relações circunscritas a temporalidades históricas distintas” (Ibid., p. 120). Isto porque,

(...) o campo da re-produção das relações sociais é essencialmente contraditório, pressupõe o choque entre o repetitivo e o residual, o diferencial, aquilo que não se deixa incorporar à ordem, e, por isso, é um campo aberto ao devir, um campo de disputa que contém o possível, o virtual, como constitutiva do real (BRANDT; CARDOSO; BEVEDER apud LEFEBVRE, 2020, p. 120).

⁵² Segundo as autoras, ela é “entendida como uma ‘constelação de conceitos’ (LEFEBVRE, 1973,p.6), dos quais se destacam a vida cotidiana, o urbano, o espaço e a produção do espaço, (...) formulada com o intuito de servir como ‘fio condutor, um instrumento intelectual para descrição e análise crítica do real’ (LEFEBVRE, 1973, p. 6) no estudo da sociedade capitalista contemporânea. Sua importância reside na capacidade de abarcar a totalidade das relações de produção, não atendo-se à reprodução biológica, à reprodução material ou à reprodução espiritual da sociedade.” (BRANT, ,2021,p.119). Cabe destacar que neste tópico será destacado a ‘centralidade da vida cotidiana’ pela ótica de Lefebvre, para compreendermos as implicações da totalidade da sociedade burguesa para o exercício profissional do assistente social.

⁵³ Aqui inclui a produção das relações sociais e a produção de obras. (BRANT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p.120)

Em vista disso, a vida cotidiana terá um valor central dentro desse modo de reprodução social, uma vez que nela será possível estabelecer a lógica do ethos burguês, a partir de “mecanismos de programação e organização do consumo, do lazer, pela introdução de novas tecnologias no interior da vida familiar e doméstica e o que une estes elementos: a racionalidade do cotidiano por parte do Estado” (BRANDT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p. 121).

O cotidiano nada mais é que “a base sobre a qual se pôde estabelecer o neocapitalismo. Ele estabeleceu-se no cotidiano como solo, isto é, em terra firme, substância social conservada por instâncias políticas” (BRANT; CARDOSO; BEVEDER apud LEFEBVRE, 2020, p. 121). Ele deixa de ser um “lugar comum das atividades especializadas, o lugar neutro” (Idem), tornando-se como parte fundamental de uma estratégia nova de reprodução, que culminará em uma “sociedade burocrática do consumo dirigido” (BRANT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p.122).

As autoras ainda apontam que esse cotidiano é estruturado pelo o Estado, de modo que seja elemento estruturante da reprodução social voltada para o capital. É nele que se “instaura brutalmente, programando, controlando, moldando e organizando a vida cotidiana, produzindo um enorme mal-estar que convive em tensão com a satisfação generalizada através do consumo manipulado e dirigido” (Ibid., 2020, p. 122). É nesse contexto que surgirá o que Lefebvre chama de “miséria do cotidiano”.

De acordo com as autoras, tal terminologia diz respeito aos

(...) trabalhos enfadonhos, humilhações, à vida da classe operária, à vida das mulheres sobre as quais pesa a cotidianidade. A criança e a infância sempre recomeçadas. As relações elementares com as coisas, com as necessidades e o dinheiro, assim como com os comerciantes e as mercadorias. É o reino do número. A relação imediata com o setor não dominado do real (a saúde, o desejo, a espontaneidade, a vitalidade). O repetitivo. A sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez: o domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão dos desejos, da mesquinha avareza (BRANT; CARDOSO; BEVEDER apud LEFEBVRE, 2020, p. 122).

Assim, no que tange às condições históricas apresentadas no item 2.1 e, usando a lógica apresentada por Lefebvre, podemos entender que a re-produção social da década de noventa, ou seja, a reconfiguração do modo de produção e reprodução capitalista desta década culminou em uma série de transformações e

contradições na sociedade, que recortam o que o autor chamou de miséria do cotidiano.

Logo, esse cotidiano rico com essas manifestações ao mesmo tempo que comporta seus avanços, também é palco para suas negações, em estratégias alternativas daquilo está já está posto das “relações e práticas sociais que escapam ao poder redutor e homogeneizador que pretende tudo dominar” (BRANT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p.123). Isto porque é a partir do pensamento compreendido a partir do concreto, que será possível “identificar, se apropriar, potencializar e orientar para a construção de novas estratégias baseadas na práxis revolucionária” desse real, que rompem com a inclinação dominante do modo de produção e reprodução capitalista.

Ainda de acordo com as autoras citadas,

O capitalismo encontrou no espaço as formas de ‘superação’ de suas crises, o que explica o salto da industrialização (produção) para a urbanização (reprodução). Assim conseguiu atenuar os efeitos de suas crises realizando crescimento produzindo não apenas mercadorias clássicas, mas ocupando e produzindo um espaço e um cotidiano, enquanto estratégia hegemônica para a re-produção das relações sociais de produção. Mas, ao não resolver suas contradições internas, permite a oposição entre os espaços dominados e os espaços apropriados e a formação de resíduos com potencial para a construção de uma estratégia contra-hegemônica (BRANT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p.125-126)⁵⁴.

Portanto, pensando no exercício profissional do assistente social a partir do direcionamento adotado pelas Diretrizes Curriculares de Ensino em Serviço Social (1996)⁵⁵ e o pensamento de Lefebvre, podemos compreender a relação intrínseca da perspectiva crítica de análise da totalidade para a compreensão da vida social e capacidade criadora da profissão na construção de novas direções para a ação profissional, sendo a dimensão investigativa, um dos propulsores para a sua realização, conforme veremos no próximo capítulo.

⁵⁴ Para mais detalhes sobre a teoria da produção do espaço, a partir do pensamento de Henri Lefebvre, vide BRANT; CARDOSO; BEVEDER. A reprodução das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuição à formação em Serviço Social. In: FORTI, V. L.; CARDOSO, I. C. C; DE MELO, A. I. C. (Orgs.). Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias, Navegando Publicações, 2020, p.117-136).

⁵⁵ Conforme já vimos no primeiro capítulo, as Diretrizes Curriculares do Ensino em Serviço Social (1996) aponta a transversalidade entre os fundamentos teóricos metodológicos da vida social, os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional, a partir de uma teoria social crítica que auxilia na compreensão das dimensões da totalidade da vida social (BRANT; CARDOSO; BEVEDER, 2020, p.130).

Capítulo 3

A dimensão investigativa à luz do trabalho profissional: perspectivas para análise.

Após uma análise histórica do Serviço Social inscrito na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais do modo de produção capitalista e os impactos das transformações societárias ocorridas no decorrer das décadas, neste capítulo procura-se entender a configuração e potencialidade da dimensão investigativa, como instrumento no enfrentamento ao conservadorismo presente no cotidiano profissional da atualidade.

Para isso, parte-se do pressuposto de que os desdobramentos da conjuntura histórica das décadas anteriores tanto por parte da ordem capitalista, quanto da profissão, terão correntes e questões que se refletirão na cultura profissional, ou seja, no exercício, na formação e na produção de conhecimento em Serviço Social. Isto porque, como já foi falado nos capítulos anteriores, conforme ocorrem essas transformações na ordem social, a profissão se vê com a necessidade de reorientar as suas estratégias e táticas para os enfrentamentos das refrações da questão social que surgem, seja a partir da perspectiva conservadora, ou pela perspectiva crítica, reforçando distintos projetos profissionais e societários⁵⁶ (MOTA; AMARAL, 2014, p.7).

Isto posto, após esmiuçar no capítulo dois a categoria trabalho e sua centralidade no modo de produção capitalista a fim da exploração de mais valia para sustentação e reprodução da ordem social, entende-se que a necessidade da venda da força de trabalho daqueles que não detém os meios de produção e a compra dessa mão de obra para aqueles que tem o controle desses meios, é uma forma de dominação/subalternização entre os sujeitos sociais.

Assim, sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, os assistentes sociais também estão sujeitos às implicações dessa relação contraditória citada acima, além das reconfigurações do espaços ocupacionais, de seu objeto de intervenção e da cultura do trabalho, a partir das transformações em nível mundial e nacional ocorridas no século passado.

⁵⁶ Reiterando o que já foi pontuado no primeiro capítulo, Cardoso (2014, p. 11) pontua que vivemos em um mundo onde há múltiplos organismos, organizações compostas por sujeitos políticos, em que sua unidade de desdobra em uma prática política, possibilitando a construção de projetos coletivos, numa perspectiva de classe.

Dado isso, é necessário compreender a profissão, suas determinações e tendências que recortam o trabalho profissional na atual conjuntura⁵⁷, para “acompanhar a dinâmica da realidade e refletir sobre ela” (GUERRA, 2014, p. 49), de modo a reconhecer em uma das atribuições profissionais, a dimensão investigativa como estratégia para reconfigurar as “possibilidades de criação e a elaboração de propostas e práticas inovadoras”, que “apanhe a lógica constitutiva dos processos sociais” (Idem). Ainda neste sentido, faz-se necessário

o deciframento dos processos sociais em curso e as demandas e exigências postas ao Serviço Social, identificando suas expressões mediatas e imediatas, com o objetivo de produzir conhecimento crítico sobre o real, cujas mediações presentes nesse real (e não formal e abstratamente criadas) podem ser trabalhadas e utilizadas para instrumentalizar a direção ideopolítica da prática profissional (MOTA; AMARAL, 2014, p. 40).

Analisando de forma literal a expressão dimensão investigativa, podemos compreender a palavra “dimensão”, enquanto um substantivo feminino com origem etimológica no latim, que designa um “campo de atuação, domínio, área, linha significativa de algo real ou abstrato”, ou melhor, um aspecto, perspectiva, enfoque, âmbito.

Já a palavra investigativa, adjetivo também de origem etimológica latina, tem como significado central algo “que investiga, que busca descobrir a verdade; que se refere, pertence ou é próprio de investigação”, isto é, que investiga ou há investigação. Além disso, pode significar o “seguimento de métodos de uma investigação, que persegue e apura fatos”, próprio para investigar.

Logo, a dimensão investigativa em seu sentido literal, pode ser compreendida como um campo no qual sua principal ação (investigar), é aquela que segue vestígios, empenha-se em descobrir algo, bem como busca examinar com cuidado. Investigar também pode ser compreendida como apurar, indagar, pesquisar, bem

⁵⁷ A partir da chamada contrarreforma do Estado, nos anos noventa do século vinte, podemos identificar algumas tendências que emergem no cotidiano do trabalho profissional. Dentre elas: pluriemprego de grande parte dos profissionais; rotatividade, devido à vínculos profissionais instáveis; baixos salários; intensificação; extensão da carga horária; adoecimento mental; visão de uma profissão desespecializada, devido às novas demandas profissionais (GUERRA, 2014, p. 50); redução dos postos de trabalho; precarização do trabalho; esvaziamento da compreensão crítica da sociedade em detrimento de produção de conhecimento aplicado, instrumental e imediato; esvaziamento político das refrações da questão social à noção contemporânea de manifestação da pobreza; pragmatismo; ruptura entre formação profissional (teoria) e exercício profissional (prática); crescimento do ensino privado e ensino à distância; incorporação pela profissão de novos conceitos (teorias setoriais), para responder às novas demandas emergentes; etc (MOTA; AMARAL, 2014).

como pode ser entendida como aprofundar, analisar, estudar, explorar determinada situação.

Ao analisar o sentido semântico da dimensão investigativa e, se olharmos para história da profissão, é possível observar a utilização de tal dimensão tanto como proposta para a operacionalização do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade (voltada à investigação da pobreza, a partir de um viés policialesco, comportamental e moralizador), quanto como uma forma de potencializar o viés crítico no agir profissional, norteado pelos princípios do Projeto Ético-Político hegemônico (proposta de ação progressista, na perspectiva de construção de sujeitos políticos e na defesa intransigente dos direitos sociais).

Assim, devemos ter em mente que a utilização da dimensão investigativa no cotidiano profissional, está estritamente vinculada com a intencionalidade do profissional em elaborar respostas às demandas apresentadas em seu exercício profissional, de acordo com um direcionamento ético-político desta ação. O seu uso não é condicionante para uma atuação profissional crítica, isto é, ela pode ou não ser explorada pelo profissional em seu agir profissional.

O assistente social pode atuar pragmaticamente, de forma policialesca, preconceituosa, reacionária e fiscalizatória, repetindo tarefas e funções, mas dependendo do propósito do uso da dimensão investigativa, também pode ser crítico e progressista para entender a realidade social daquele dos sujeitos sociais.

Tomando como ponto de partida o entendimento da perspectiva de que a dimensão investigativa é uma estratégia para potencializar o exercício crítico do profissional, sintonizado com o projeto profissional hegemônico, é importante destacar que a mesma reitera e expressa na prática e no processo formativo, a direção ética, política, teórica e metodológica, consoante com a teoria social crítica marxiana e com o Projeto Ético Político hegemônico da profissão: "(...) é a partir dela que é possível compreender e problematizar os fenômenos sociais e a totalidade da vida social, ao mesmo tempo que oferece respostas profissionais portadoras de opções ético-políticas" (MOTA; AMARAL, 2014, p.24).

Exercitar a dimensão investigativa no exercício profissional a partir deste viés, é construir possibilidades de desvendar a aparência dos fenômenos conjunturais, que mascaram os projetos que reiteram a dominação do capital e envolvem complexos econômicos, políticos, ideológicos e culturais que afetam a sociedade.

Posto isso, deve-se a priori, resgatar o debate já existente no meio acadêmico, para analisar as principais questões que perpassam esta dimensão dentro da profissão. Para compreender como vem sendo interpretada na profissão, é necessário partir do entendimento já explicitado neste trabalho, de que o projeto profissional hegemônico na categoria é composto por distintos sujeitos históricos-políticos, que defendem um projeto profissional e um projeto coletivo (projeto de classe) que reconhece os enfrentamentos históricos às diversas formas de exploração do trabalho pelo capital. Além disso, buscam um ideal de sociedade voltada para a igualdade e justiça social, bem como a negação de quaisquer tipos de exploração, subalternização, discriminação e preconceitos na sociedade.

Contudo, por mais que exista uma unidade teórico-metodológica e político-ideológica na produção acadêmica (CARDOSO, 2014, p.21), existem neste caldo diferentes perspectivas, de acordo com diferentes correntes teóricas, pautadas na perspectiva marxiana e na tradição marxista. Portanto, será realizado no decorrer deste capítulo, a análise da importância desta dimensão, a partir desses diferentes autores com diferentes direcionamentos sobre a temática.

Para tal finalidade, será elaborada a discussão do tema por meio de um “estado da arte”, em um exercício crítico-reflexivo, sistematizando o debate a partir artigos publicados em anais de eventos e em periódicos acadêmicos de relevância nacional para a categoria⁵⁸.

O propósito central é discorrer de forma mais adensada sobre o tema, evidenciando as análises das linhas de pesquisas já realizadas até o momento; o que tem se tornado central nas discussões; as identificações de chaves heurísticas importantes para a sua compreensão; aproximações e divergências entre os autores; questões que merecem mais atenção e que necessitam ser melhor aprofundadas; etc., na produção acadêmica pluralista.

Por fim, será exposto nesse capítulo o potencial dessa dimensão no exercício profissional, exemplificado a partir de situações realizadas/vivenciadas pela experiência do estágio supervisionado em um espaço sócio-ocupacional do Serviço Social. Nele, foi possível o contato com assistentes sociais nos mais diversos postos de trabalho, sendo em sua maioria, espaços que executam políticas sociais.

⁵⁸ A metodologia utilizada para coleta do material estudado foi a pesquisa por obras que continham em seu título e como palavra-chave o termo "dimensão investigativa".

3.1. Afinal, o que é a dimensão investigativa, de acordo com o debate acadêmico profissional?

Ao buscarmos obras que abordam a temática da dimensão investigativa no Serviço Social, observa-se que em sua vasta maioria, elas oferecem destaque ao tema, mas não o abordam por meio de uma discussão aprofundada. A maioria não trata o tema em sua transversalidade, desde o processo formativo do assistente social até a sua prática profissional, em diferentes espaços de trabalho.

Neste sentido, as bibliografias em que encontramos um debate mais robusto sobre tal dimensão foram selecionadas para a contribuição das reflexões que aqui serão colocadas. Nelas, os principais autores que embasam o debate da dimensão investigativa são: Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra, Cláudia Mônica dos Santos e Cristina Kologeski Fraga.

Fundamentam pois, a discussão da dimensão investigativa enquanto: integrante da instrumentalidade da profissão; indispensável para se pensar a prática profissional que está estritamente vinculada com o processo formativo em Serviço Social; transversa na formação profissional, sendo necessário entender o seu lugar nesse processo; componente que torna possível a concretização do exercício profissional, sendo um mecanismo de enfrentamento para aquilo que está posto.

Cabe destacar que, em consonância com o que foi apontado por Moraes (2015), na discussão sobre prática/exercício/trabalho profissional é unânime para os intelectuais estudados que a dimensão investigativa não pode estar desvinculada do debate da formação profissional.

Abordar a temática é pensar que a mesma é reflexo do legado do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e do processo de renovação da profissão, que se desdobrou na construção de um novo e hegemônico direcionamento ético-político para o projeto profissional⁵⁹ (MORAES, 2015, p. 299).

Em concordância, Coutinho (2018) aprofunda ainda mais a análise ao realizar um resgate histórico sobre a profissão e de seu *ethos profissional* inserido nos

⁵⁹ Segundo Coutinho (2018, p. 5), esse processo resultou na construção coletiva do Projeto Ético-Político da Profissão, expressão da suspensão de uma postura a-crítica e a-histórica do assistente social, de um ajustamento e reprodução do *status quo*. Ele é vivo, ou seja, ganha vida no cotidiano da ação profissional pois, pautado na teoria social crítica, traz como fundamento da atuação profissional, a defesa intransigente dos direitos humanos, o repúdio ao autoritarismo e todas as formas de preconceito e discriminação (NETTO, 2008 *apud* COUTINHO, 2018, p.5).

processos históricos da sociedade brasileira. Usando para análise Yamamoto e Carvalho (2008), a autora elucida suas protoformas na década de trinta do século XX, até as heranças do movimento de reconceituação latinoamericano, que foi palco para o processo de renovação da profissão ocorrido entre a década de sessenta e oitenta do mesmo século, a partir de uma perspectiva crítica.

Já Rocha, Mendonça e Gonçalves (2018, p.1) pontuam que, no contexto desse caldo de transformações na profissão, na década de noventa para a categoria profissional estava em alta o debate do modo de pensar e agir do Serviço Social. Neste sentido, é que se teve a ênfase da dimensão investigativa na construção do fazer profissional, principalmente após a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Tais diretrizes, como já vimos anteriormente, são um conjunto de valores e diretrizes presentes em um projeto pedagógico profissional que norteiam parte da categoria profissional. Nele, estão postas “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1997, p. 61 apud GUERRA, 2009, p 1), ou seja, uma relação intrínseca entre o pensar e o agir para a atuação profissional (MORAES, 2015, p. 302).

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção (ABEPSS, 1996, p. 14 apud MORAES, 2015, p. 302).

Coutinho (2018) situa como ideia central para o debate da dimensão investigativa na profissão, o seu entendimento no prisma da instrumentalidade⁶⁰ e da intencionalidade da profissão: um instrumento no qual se torna possível a concretização do exercício profissional. Isto porque, a instrumentalidade não se “restringe a um conjunto de instrumentos e técnicas, mas a um determinado modo

⁶⁰ Cf. GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Cadernos do programa de capacitação continuada para assistentes sociais, módulo 4. CFESS/ABEPSS, UNB, 2000.

de ser que a profissão assume no interior das relações sociais”⁶¹ (COUTINHO, 2018, p. 3). Em outras palavras, isso nos permite identificar duas questões que recortam a dimensão investigativa: o seu caráter histórico e seu caráter teleológico.

Tal fato é explicado por ela está sujeita a mudanças, de acordo com determinadas condições sociais em diferentes momentos históricos, impactando assim, no cotidiano profissional, nas demandas sociais colocadas para o profissional e suas possíveis formas de enfrentamento (SANTOS, 2013, p.50).

Além disso, a compreensão dessa dimensão como parte do instrumental profissional pressupõe que ela esteja relacionada às várias formas de “intencionalidade: intencionalidade da profissão, do profissional, da instituição e da população que procura o serviço social” (Idem, p. 50).

O investimento na dimensão investigativa, pelo profissional, requer que o mesmo tenha clareza da finalidade de sua ação, preferencialmente, de acordo com uma razão crítico-dialética, pois é a partir dela que o assistente social buscará alcançar um determinado objetivo no concreto em que é realizado o exercício profissional (SANTOS, 2006 apud SANTOS 2013, p. 50).

É a partir dessa dimensão que o assistente social pode conhecer a realidade; o contexto institucional; o espaço sócio-ocupacional; as relações ali estabelecidas; as demandas colocadas ao profissional para além do campo do imediato⁶²; as políticas com as quais trabalham, a fim de encontrar nesse real, as possibilidades e as alternativas para elaboração de estratégias e táticas para efetivação de uma intervenção profissional crítica, na direção do Projeto Ético-Político e superação do cotidiano, que se expressa nas instituições e demandas (COUTINHO, 2018, p. 2-3).

Por meio dela, podem ser apreendidas as mediações objetivas e as subjetivas presentes na totalidade⁶³ em que o profissional se insere e atua.

⁶¹ “A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes.” (GUERRA, 2007, p.2, apud MORAES, 2015 p.7).

⁶² Segundo a autora, tais demandas são respondidas a partir do uso de seu principal instrumento: a política social. Logo, a intervenção no cotidiano profissional pode-se dar de forma focalizada, emergencial, reducionista, a partir da aparência da questão, no qual a instituição pede uma resposta imediata da situação (COUTINHO, 2018, p.2).

⁶³ Citando Iamamoto (2009a), a autora coloca pontua que essa análise da totalidade é “elemento constitutivo da configuração do trabalho do serviço social, devendo ser apreendidas como tais. (...) atribuindo-lhe centralidade que lhe deve ter no exercício profissional” (IAMAMOTO, 2009a, p. 55 apud COUTINHO, 2018, p. 3).

Buscar os meios para transformar a causalidade dada requer um conhecimento, mesmo que mínimo, das determinações que envolvem essa matéria, um conhecimento dos nexos causais, dos objetos, um conhecimento do real, das determinações do real sem o qual não é possível transformar esse objeto sob o risco de permanecer a finalidade no âmbito ideal [...] (SANTOS, 2010, p. 57 apud COUTINHO, 2018, p. 2).

À vista disso, a dimensão investigativa é “o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento do desocultamento do real” (FRAGA, 2010, p. 42 apud ROCHA; MENDONÇA; GONÇALVES, 2018, p. 3), ou seja, ela possibilita a saída do campo do imediato para buscar a essência dos fenômenos (Idem, p.3). O enfrentamento desse cenário deverá ser realizado através de uma leitura crítica da realidade, refletindo sobre as transformações societárias que impactam a vida dos sujeitos, considerando a análise a partir dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. (ROCHA; MENDONÇA; GONÇALVES, 2018, p. 4).

Reiterando o debate dos capítulos anteriores, é indispensável ter clareza da articulação entre as dimensões que recortam o exercício profissional do assistente social (dimensão teórico-metodológica, dimensão ético-política e dimensão técnico-operativa), para ter uma resposta profissional vinculada em concordância com a intervenção crítica pautada no projeto ético-político hegemônico da profissão.

Segundo Rocha, Mendonça e Gonçalves (2018), esse perfil profissional exige

um arcabouço teórico-metodológico sólido, que permita análises críticas da realidade social, compromisso com os valores e princípios profissionais, e um conjunto técnico-instrumental, para possibilitar ao profissional criar estratégias para responder ao fazer profissional de forma competente e qualificada (GUERRA, 2009 apud ROCHA; MENDONÇA; GONÇALVES, 2018, p.5).

De acordo com Moraes (2015, p. 303), a dimensão investigativa deve recortar a formação profissional, bem como deve ser trabalhada como dimensão interventiva, que contribui para a construção de um conhecimento qualificado, em uma perspectiva crítica da realidade, propiciando ações profissionais além de sustentar debates e estratégias do profissional na perspectiva da defesa e garantia dos direitos.

Por outro lado, ela está para além de uma postura profissional, engloba as competências e atribuições profissionais do Serviço Social. Partindo desse viés,

quando essa dimensão não é elaborada por meio do direcionamento de valores éticos-políticos do projeto profissional hegemônico, os instrumentos técnicos não terão significado para além de mecanismos burocráticos de reprodução daquilo que está colocado para o profissional.

Isso significa que a intencionalidade defendida por esse projeto profissional crítico reduzirá a possibilidade da construção da autonomia e defesa dos sujeitos a quem demandam a intervenção do profissional em Serviço Social.

Por conseguinte, a dimensão investigativa é um processo constante de questionamentos, no qual o profissional articulando com as demais dimensões da profissão e a perspectiva crítica, se propõe a construir estratégias para além das ações imediatas do cotidiano.

Melhor dizendo, essa dimensão apresenta-se como o elo de mediação entre teoria e prática profissional, a partir de um direcionamento ético-político profissional. Logo, a dimensão investigativa propicia a construção de questionamentos e reflexões como mecanismo para fomentar a elaboração de respostas para além das demandas institucionais postas para o profissional, mas em sintonia com as necessidades sociais desses sujeitos.

Dito isso, tendo como base essa análise central da dimensão investigativa, avançaremos sobre o caráter duplo desta dimensão, a partir do debate contido nas obras analisadas.

3.2 - Alguns elementos do debate acerca das compreensões sobre a dimensão investigativa no exercício profissional

Como foi abordado no decorrer desta monografia, o Serviço Social é uma profissão assalariada, inserida na divisão social e técnica do trabalho e que tem como objeto de intervenção profissional as expressões da questão social, tendo um papel político central na produção e na reprodução das relações sociais na ordem social capitalista.

Para além disso, ao utilizar como fundamentação o Projeto Ético-Político hegemônico e os valores pautados na teoria social crítica, o trabalho do assistente social irá apresentar um viés sócio-educativo que, de acordo com a intencionalidade do profissional, pode estar direcionado para a defesa e garantia de direitos sociais, buscando trazer como foco as necessidades sociais desses sujeitos ao invés das

demandas institucionais colocadas, ou pode reforçar a lógica de exploração social ditada pelo capital (IAMAMOTO, 2009b, p.6 apud COUTINHO, 2018, p. 5).

Partindo desse pressuposto e compreendendo o significado da dimensão investigativa para o Serviço Social, pode-se concluir que a mesma tem um caráter unitário de a articulação entre teoria e prática, ou seja, investigação e intervenção/pesquisa e ação, que será a base de toda ação profissional.

Neste sentido, Coutinho (2018) aponta que ela é relevante para compreender as singularidades nos distintos campos do exercício profissional, ao mesmo tempo que auxilia na definição de ações profissionais que melhor respondam às demandas institucionais e para além delas, para às necessidades sociais (COUTINHO, 2018, p. 7).

A realidade social em que o Serviço Social se insere e realiza a sua intervenção é permeado de múltiplas determinações. Dito isso, é de extrema importância compreender a essência dessas determinações para dar respostas qualificadas às demandas que surgem no cotidiano profissional. Para isso, é necessário realizar aproximações com esse real, pois com esse exercício é possível desvendar valores, direções e ações que fomentem novas estratégias frente a lógica de exploração do modo de produção capitalista que tornam as necessidades sociais em meras requisições profissionais (GUERRA, 2009 apud COUTINHO, p .7).

Logo, a dimensão investigativa está atrelada ao conhecimento dessa realidade social (espaço ocupacional, aos sujeitos atendidos, à instituição contratante, etc), sendo ela crucial para construção de estratégias para a intervenção na condução do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2009A, p.63 apud idem p.7).

A partir de sua relação intrínseca com a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a dimensão investigativa busca no cotidiano profissional, superar práticas imediatas, além de “busca apreender o movimento do real, evidenciando as tendências e possibilidades presentes, que podem ser fomentadas pelo profissional” (Idem).

Dito isso, essa dimensão está atrelada à estratégia de conhecimento e intervenção (MORAES, 2015, p. 305), para além daquilo que já foi produzido pela categoria profissional. Isto é, a dimensão investigativa significa tanto a pesquisa, quanto estudos realizados por assistentes sociais, com a finalidade de conhecer a realidade da instituição; dos usuários; da correlação de forças intrínsecas nas instituições e nas políticas sociais; da análise as demandas para além da aparência;

dos recursos disponíveis e o que pode ser usado para o atendimento da demanda (COUTINHO, 2018, p. 7).

Para bem conhecer, é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência. A pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimentos que são procedimentais (...). Nosso ranço empiricista nos leva muitas vezes a identificar elaboração teórica com sistematização da prática. Afirmamos que ambas são importantes, mas sua distinção deve ser feita, em nome do rigor teórico-metodológico (GUERRA, 2009, p. 8).

Sendo assim, a dimensão investigativa pode ser compreendida de duas formas:

Dimensão investigativa e a produção de conhecimentos científico:

Segundo Guerra (2009), por mais que a investigação e a intervenção tenham características distintas, elas compõem de forma dialética o ethos profissional que se expressa nas atribuições e competências profissionais do assistente social⁶⁴. Isto posto, sendo a pesquisa integrante do exercício profissional, a partir dela é viável a compreensão das determinações postas ao trabalho e ao seu objeto profissional durante o cotidiano profissional. Para isso, é necessário um direcionamento metodológico que é preliminarmente construído, com uma hipótese a ser confirmada ou refutada.

Para isso, como já foi falado anteriormente, é necessário que a relação entre investigação/intervenção esteja articulada com os conhecimentos teóricos-metodológicos e técnicos-operativos, pois é a partir deles que se tem os subsídios para a compreensão do significado da profissão, que nada mais são formas de construção de mediações que auxiliarão nas propostas de respostas às demandas profissionais (Idem, p. 5).

⁶⁴ “no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais. Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais” (GUERRA, 2009, p. 3).

Intervir na realidade significa conhecê-la e, por meio dela, é que torna possível o conhecimento. Para isso, a pesquisa se torna “ponte” entre esses dois objetos, sendo seu produto fruto de “um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado” (GUERRA, 2009, p.6). Ainda segundo a autora, “compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo” (Idem).

Por este viés, a autora pontua que o conhecimento se inicia no senso comum⁶⁵, mas não deve parar nele, é preciso ir além. Isto posto, deve-se “analisá-lo criticamente, negá-lo (o que significa dizer que há mais coisas sobre o objeto do que estamos supondo) e elevá-lo a um novo patamar⁶⁶, o que significa agregar conhecimentos novos, às vezes, abrir mão de velhos preconceitos” (Idem). Ao indagar aquilo que está posto, haverá uma melhor investigação do objeto estudado.

Esse conhecimento, a partir de um direcionamento teórico, significa uma nova janela para olhar as determinações colocadas no real. Segundo Iamamoto (1998, p. 55 apud GUERRA, 2009, p.8), tal exercício em busca desse conhecimento nada mais é que “um processo sistemático de ações, que se propõe a investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico,

⁶⁵ “O conhecimento proveniente do intelecto (formal-abstrato) implica a aceitação passiva de informações que nos chegam à experiência pelo cotidiano, pela necessidade de sobrevivência, de reprodução da existência. A este nível do conhecimento chamaremos de “entendimento”. O entendimento se localiza no nível dos fenômenos, da empiria, da epiderme do real. É um processo de reconhecimento que se traduz em imagens que são representações expressas na aparência do real. Ele possibilita distinguir as coisas, determiná-las, compará-las, classificá-las a partir da sua imagem, da aparência, da forma. Para tanto, os sujeitos acionam o intelecto. Assim, “o entendimento é posto como um modo operativo da razão, que não critica os conteúdos dos materiais sobre que incide” (NETTO, 1994, p. 29). Aqui, o conhecimento se limita à função de expressar a realidade tal como ela aparece empiricamente. Em outras palavras: o conhecimento se restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência” (GUERRA, 2009, p.6).

⁶⁶ “O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (MARX, 1983, p. 219). Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento” (GUERRA, 2009, p. 7).

um acervo teórico ou documental”. Logo, a investigação da realidade é entendida como uma condição do exercício profissional.

Quando é realizada a investigação das determinações que compõe o concreto, é necessário compreender que aquilo que está aparente no campo imediato do cotidiano profissional, significa que necessita de uma melhor análise, respaldadas por mediações tanto objetivas, quanto subjetivas advindas de um arcabouço teórico, que auxiliem para melhor entendimento da essência do que aparece para o assistente social⁶⁷.

Em síntese, conforme aponta Guerra (2009), o profissional deve fazer uma simples reflexão para a apreensão da totalidade: o que há para além do que está posto? Pois é a partir dela, que podemos compreender que

Toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade (KONDER, 1983, p. 49). É no confronto destas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc.) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. O que é importante citar é que deste movimento dialético, dado pelos vetores negativos que entram em contradição, a realidade se coloca tanto como possibilidades quanto como restrição de possibilidades (GUERRA, 2009, p. 12).

Diante disso, a pesquisa/investigação propicia à profissão, elementos para análise do modo de produção e reprodução do capital e dos sujeitos que nela pertencem, sendo neste contexto o local onde a profissão se insere, necessitando de instrumentos técnicos-operativos para a proposta de intervenção profissional.

a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional

⁶⁷ A ação do sujeito social sobre uma realidade (instituição, por exemplo) tende a selecionar alguns momentos da realidade que são considerados essenciais. O sujeito separa o essencial do acessório (secundário), para atingir determinados objetivos. Aqui o pensamento do sujeito faz recortes na realidade, debruça-se sobre ela, estuda-a, avalia-a, arrisca-se a explicá-la através de conceitos que conhece, busca novos conceitos para tal, e organiza respostas à realidade com base nos estudos realizados. Não obstante, no nosso dia-a-dia estamos sempre trabalhando com totalidades, mais ou menos amplas e complexas. Em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular (GUERRA, 2009, p. 11).

permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p. 13)

Dimensão investigativa e o desenvolvimento de habilidades no exercício profissional:

Para analisar a dimensão investigativa enquanto uma proposta de intervenção e de desenvolvimento de habilidades pelo profissional em seu cotidiano profissional, deve-se primeiramente, lembrar que esta dimensão encontra-se não só no campo teórico, mas é considerada um componente crucial para a expressão dos princípios éticos, teóricos e políticos presentes no Projeto Ético Político herdados do processo de renovação da profissão no século passado (COUTINHO, 2018, p. 7).

Conforme aponta Moraes (2015, p. 307), “pensar o ‘lugar’ que a dimensão investigativa tem construído na prática profissional do assistente social exige a compreensão” de que, independente das requisições institucionais, dos espaços onde o assistente social atua e das demandas dos usuários, ela dará sustentação para o agir profissional, de acordo com a finalidade do profissional de realizar esta ação.

Ela pode ser utilizada para elaboração do conhecimento/investigação; planejamento de ações; elaboração de documentações; construções de fluxos para determinados objetivos que aparecem no trabalho do assistente social; construção de novas formas de abordagens a partir dos instrumentos técnico-operativos da profissionais, etc.

Segundo o autor,

Enfrentar o caos expresso na micro realidade em que se encontra o assistente social vai exigir não apenas um arsenal teórico-metodológico, mas também resistência aos ataques a sua própria intelectualidade e criticidade, bem como, as limitações (re)construídas diariamente pela realidade capitalista, que o desafia a não ser crítico, propositivo e comprometido (MORAES, 2015, p. 308).

Em síntese, a profissão se depara em seu cotidiano com questões e determinações que são desdobramentos do movimento de produção e reprodução do capital na sociedade contemporânea. O assistente social, ao utilizar como instrumento para o enfrentamento das expressões da questão social a política

social, pode estar de frente a um dilema no qual tal instrumento pode limitar ou potencializar sua ação (COUTINHO, 2018).

Logo, de acordo com determinado direcionamento político desse profissional ao provocar reflexões frente a sua intervenção, é que será possível reproduzir o que está posto (voltado para a manutenção da reprodução do capital) ou superar as requisições colocadas pela instituição ao profissional, a partir do reconhecimento do papel da profissão dentro da ordem social, bem como de sua possibilidade de construir novas estratégias visando transformações desse cotidiano e dos sujeitos que demandam a intervenção.

Cabe destacar que essa atuação exige do profissional dois movimentos: a clareza do projeto profissional crítico no qual é pautado as ações profissionais e o desenvolvimento de habilidades profissionais. Isto porque,

ao deixar de ser um instrumento da instituição empregadora e se colocar na condição de sujeito de suas ações, o profissional rompe com uma “zona de conforto” que vai lhe demandar posicionamentos críticos direcionados a mobilização e ao acesso, com qualidade, dos usuários aos serviços, através das políticas, mas também, a manutenção de seu contrato de trabalho, enquanto trabalhador assalariado (grifo do autor) (MORAES, 2015, p. 310).

Neste sentido, o uso da dimensão investigativa, a partir de um viés crítico e propositivo, auxiliará na atuação profissional para além de respostas voltadas para rotinas institucionais e para ações imediatas, para uma atuação que fomente o protagonismo desses sujeitos sociais que são subjugados ao capital. Tomando como ponto de partida a análise dos processos sociais no âmbito político, econômico e cultural para a compreensão dessa prática profissional, é que será possível a construção de estratégias e táticas qualificadas para a ação.

Moraes (2015, p. 310) aponta que,

ao optar pela ruptura com práticas conservadoras e tentar ultrapassar o lugar histórico assumido pelo Serviço Social ainda nos dias atuais (o de “instrumento” da instituição empregadora para controlar e manter a ordem institucional), o assistente social faz a opção por uma prática que vai exigir o enfrentamento em um espaço que tem se complexificado e se tornado, a partir das transformações societárias, cada vez mais arenoso, mas que, ao ter consciência da intenção social e ético-política de sua ação, suas bases serão mantidas de forma sólida.

O processo formativo profissional atual, ancorado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), implica na lógica de um formação em que prepara os discentes

para responderem às demandas e requisições colocadas pelos seus empregadores, pautados em uma “leitura da realidade em uma perspectiva de totalidade, buscando entender seus complexos e contradições, concomitante com essas demandas colocadas por seus empregadores e as reais necessidades do público alvo da intervenção (PAULA; SILVA, 2019, p.190). Isto significa que, no movimento do real, no cotidiano profissional do assistente social se apresentam demandas que necessitam de maior conhecimento/competência do assistente social (Idem).

Assim, a partir de um referencial teórico-metodológico e de princípios éticos críticos, o uso da dimensão investigativa enquanto um instrumento de trabalho, fomentará a construção de novas estratégias para a ação profissional. Isto porque ela instiga o assistente social a questionar as determinações sociais que recortam a atuação profissional. Em outras palavras, a dimensão investigativa propicia “a busca por algo novo, é a postura inquieta do profissional” (FRAGA, 2010, p. 52 apud ROCHA; MENDONÇA; GONÇALVES, 2018, p. 4-5).

Como a profissão está inserida na dinâmica da reprodução das relações sociais, o fazer profissional do assistente social também é dinâmico, ou seja, também está em constante movimento, visto às complexidades e diversidade de expressões da questão social que desvelam no exercício profissional que deverão ser acompanhadas pelo assistente social (PAULA, 2019).

Logo, não existe uma metodologia da ação, uma “receita” dada para o enfrentamento dessas questões que emergem para o assistente social, necessitando de um exercício para o profissional para apreender a essência da demanda e buscar a construção novos direcionamentos para o seu enfrentamento.

Aqui se encaixa e é relevante o uso dimensão investigativa pelo profissional em sua atuação. Ela auxiliará no questionamento daquilo que já está colocado para ser realizado pelo profissional, mas também permitirá ir além, na construção e reflexão sobre estratégias para determinado objetivo, norteados pelo projeto profissional hegemônico.

Segundo Yamamoto (1992, p. 184 - 185) apud Paula e Silva (2019, p. 194), para o profissional conseguir intervir sobre a realidade, é necessário que o profissional tenha

[...] uma competência estratégica e técnica (ou técnico - política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer, recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos e demais “ismos” que

cindem o exercício profissional, desviando as rotas desejáveis da ação. Em outros termos, é preciso estabelecer os rumos e estratégias de ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível (IAMAMOTO, 1992, p. 184 - 185, apud PAULA; SILVA, 2019, p. 194).

Ademais, como já foi dito anteriormente a utilização da dimensão investigativa a partir da perspectiva crítica no cotidiano do trabalho, permite a qualificação da resposta a ser dada frente a um desafio colocado ao profissional, avançando na prática, na possibilidade de superação do agir empírico (COUTINHO, 2018, p. 5 - 6). Para isso, é importante que o profissional tenha clareza do que é a profissão e de sua prática profissional para identificar para além das demandas institucionais no qual o assistente social irá intervir.

Não obstante, ao falar da dimensão investigativa enquanto desenvolvimento de habilidades na atuação profissional, é importante destacar que, por mais que a temática é exposta por meio de diferentes perspectivas críticas-teóricas metodológicas, ainda é um desafio discorrer sobre a dimensão investigativa enquanto perspectiva de construção de habilidades no exercício profissional.

Fato é que há muitas reflexões sobre a dimensão investigativa na categoria profissional, todavia quando se fala sobre o desenvolvimento de habilidades, o termo “habilidade” é colocado como puramente o seu sentido semântico. Isto é, é desprovido do debate assertivo de suas denominações, seus aspectos no cotidiano profissional.

Para melhor clareza dessa perspectiva da dimensão investigativa na atuação profissional, adiante será colocado a relação da formação profissional e a dimensão investigativa, dando ênfase principalmente às experiências no âmbito do estágio acadêmico no qual foi possível cotidianamente perceber o uso desta dimensão para a condução das estratégias e táticas para o enfrentamento de limites, requisições institucionais e de respostas às demandas identificadas durante o exercício profissional.

3.3 - Reflexões sobre a dimensão investigativa e a formação profissional: relatos de uma experiência teórico - prática

Ao discutir a dimensão investigativa na profissão, não podemos deixar de fora do debate, a relação intrínseca que a mesma tem com o processo formativo de discentes em Serviço Social, uma vez que ela é central para a formação profissional.

A priori, é necessário compreender que, conforme aponta Paula e Silva (2019, p. 190) apud lamamoto (1992), a formação profissional a partir do conjunto das Diretrizes Curriculares (1996), para além de responder requisições necessárias para a inserção da profissão no mercado de trabalho ela também forma profissionais que estão aptos em realizarem a leitura do concreto em que estamos inseridos e suas contradições.

Isso significa que, a partir da análise do real sob o viés analítico da totalidade social, a formação profissional direciona para um exercício profissional pautado no projeto profissional crítico. Tal afirmação é dada, uma vez que se tem um ambiente favorável para atividade reflexiva sobre: o concreto; os limites postos ao profissional; as possibilidades de intervenção, que estão de forma diversificada no debate acadêmico-profissional, mas que tem como princípio norteador, os valores pautado no projeto ético político hegemônico na categoria profissional (PAULA; SILVA, 2019, p.195).

Dito isso, a dimensão investigativa apresenta-se em todo o processo de formação do discente em Serviço Social, uma vez que ela fomenta o uso de habilidades voltadas para a ação propositiva, reflexiva e crítica do cotidiano e da atuação profissional, de acordo com o referencial teórico-metodológico e ético-político, bem como de um aparato técnico-operativo.

A inserção em projetos de pesquisa e extensão, rodas de conversa e mesas de debates, disciplinas como laboratórios e oficinas temáticas, estágio acadêmico em distintas instituições, são espaços no qual é mais aparente para o discente a dimensão investigativa (ROCHA; MENDONÇA; GONÇALVES, 2018, p.9).

Neste sentido, é de extrema importância realizar

a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como estágio, supervisão acadêmica e profissional, no qual propiciam a capacidade de contribuir para a compreensão do significado da profissão, das demandas colocadas ao profissional, de modo a auxiliar na construção de respostas para o enfrentamento das expressões da questão social, sendo elas, intrínsecas à articulação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa (MORAES, 2015, p. 305).

Portanto, considerando os frutos da proposta dessa indissociabilidade na formação acadêmica, abaixo serão esboçados alguns relatos em que fica evidenciado o investimento na dimensão investigativa para a compreensão do significado da profissão bem como, na construção de respostas articuladas com as outras dimensões profissionais, para o enfrentamento das expressões da questão social. Esse exercício torna-se crucial para compreendermos a partir da prática, as duas perspectivas da dimensão investigativa na profissão.

Para isso, foram resgatados reflexões do período de estágio vivenciado pela autora na Secretaria de Assistência Social de Juiz de Fora, na supervisão dos acolhimentos institucionais/familiares e os programas de apoio psicossocial no município, que foram registrados em diários de campo e em portfólios. A construção dos registros foi realizada a partir de situações que foram apreendidas com o uso dos conteúdos estudados durante a formação acadêmica em Serviço Social, e fomentado debate na disciplina de supervisão acadêmica.

Nesse período, o olhar esteve voltado para o trabalho/atuação do profissional e as relações existentes nesse espaço, que implicam ou não no posicionamento do profissional na construção de suas estratégias de intervenção. Para isso, é importante salientar como a análise da história e da profissão tem relevância para compreender o contexto atual de nossos espaços sócio-ocupacionais.

Em síntese, no que tange ao campo de estágio, é necessário destacar o cenário em que o profissional está inserido. Como já vimos no capítulo anterior, com a crise do capital nas décadas de sessenta e setenta do século XX e a nova forma de organização do capital de acordo com os ditames neoliberais, no Brasil da década de noventa houveram grandes transformações (já citadas anteriormente) no aparato estatal. Entre elas, temos as chamadas Parcerias Público Privadas.

No intuito de desregular a economia e abrir as esferas estatais para o mercado, ou seja, para o capital, essas parcerias trouxeram grandes impactos na área social, caracterizando uma mercantilização da recente Seguridade Social, fruto de lutas sociais das décadas de setenta e oitenta.

Elas nada mais são que uma estratégia para o Estado se “desresponsabilizar” no trato da questão social, entregando-a para a esfera privada, na justificativa do discurso da “solidariedade social”⁶⁸ para realizar a parceria com o gestor privado,

⁶⁸ “Solidariedade social” essa que, do ponto de vista analítico, permeado pela negação da solidariedade de classe, em que os direitos sociais se tornam filantropia, benefícios individuais

por meio de recursos públicos. Esses vínculos implicam na privatização das respostas frente às manifestações da questão social, que se tornam responsabilidade da sociedade civil, que obtêm taxas de lucros a partir da comercialização de serviços e programas sociais.

Essa nova constituição dessas parcerias e a reestruturação do Estado colocaram impactos na construção e implementação nas políticas sociais, mas aqui dando atenção à Política Nacional de Assistência Social (2004), instrumento de trabalho dos assistentes sociais do campo de estágio da autora.

Sua elaboração nesse contexto, implicou na execução dos serviços em uma garantia mínima de direitos sociais focalizados, concentrados em determinados serviços tidos como essenciais, direcionado aos mais pobres e incapazes de competir no mercado, ao invés de todo o segmento da população. Ao invés do Estado buscar melhorias desses programas, projetos e políticas no campo social precarizados, ele busca se deslocar dessa execução, passando para que essas parcerias, principalmente religiosas, respondam para o enfrentamento da questão social.

É nesse contexto que surge o chamado “Terceiro Setor”⁶⁹, com as Organizações da Sociedade Civil, em que essas associações livres, sem fins lucrativos da sociedade civil, a maioria com cunho religioso e reconhecidas pelo governo, passam a assumir a responsabilidade na promoção, proteção e garantia dos direitos, que deveriam ser função do Estado.

Ao usarem o discurso de agentes do bem em prol da família, de práticas assistencialistas, de colocar as tratativas de ações da assistência de forma clientelista, tutelar, de subserviência, essas instituições retornam com olhar de refilantropização da assistência, na formação de uma rede de solidariedade na proteção social da população em vulnerabilidade social, contrapondo a perspectiva

tratados de forma caritativa e os direitos humanos, algo visto no campo abstrato. Esse olhar também é uma forma de mascarar as mazelas que parte da população vivencia, que na realidade são as manifestações da expressão social: produto dinâmica de exploração do modo de produção capitalista, que é tratado como uma responsabilidade social. Como consequência, essa lógica reforça o caráter da despolitização das demandas sociais, responsabilizando os sujeitos a dar respostas à elas, passando para um olhar de moralidade e ajuda, ao invés da perspectiva de direito (SANTANA, G. D. de; JÚNIOR, H. de S. R., 2006).

⁶⁹ Aqui se faz a crítica ao termo “Terceiro Setor” implementado no discurso neoliberal no país, a partir da década de noventa do século XX. Para mais curiosidade sobre a lógica dessa temática, sugere a leitura do artigo SANTANA, G. D.; JÚNIOR, H. S. R. As Parcerias Público-Privadas: Solução ou Problema? In: Prismas: Dir., Pol. Pub. e Mundial, Brasília, v.3, n.1, p. 148 - 181, jan/jun. 2006.

do direito, enquanto política e responsabilidade do Estado a todos que dela necessitar.

Junto a isso, pensando nos acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes no país, ainda muito persistente no imaginário da sociedade os “grandes orfanatos”, em modelos de instituições totais, com o perfil de trabalhadores exclusivamente caritativos e assistencialistas. Por mais que tenhamos avançado na compreensão de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e estão em fase de desenvolvimento que, por conta disso necessitam de proteção do Estado, da família e da sociedade civil (BRASIL, 1990), elas ainda são vistas como “menores abandonados”, “coitadinhos” que não tiveram a “sorte” de receber amor maternal, conforme os padrões idealizados da sociedade (ELAGE, B. *et al*, 2011).

Essa visão reforça intervenções assistencialistas, punitivistas, que não buscam a superação das violações de direitos que reproduzem uma noção de que a criança e o adolescente devido sua condição de vida é “desprivilegiado” e “incapaz”, onde só resta sobreviver e ocupar posições subalternas na sociedade (Idem).

Diante do exposto, para o enfrentamento dessas questões e daquelas que são inerentes para a reprodução e expansão do capital que aparecem durante o exercício profissional, a dimensão investigativa, norteadas pelos princípios do projeto ético-político hegemônico da categoria profissional, é crucial para a construção de novas estratégias e táticas no cotidiano profissional.

Isto porque ela foi usada cotidianamente para a qualificação das respostas oriundas das requisições institucionais, avançando para além de respostas emergenciais e imediatas. Ela fomentou a construção de um trabalho em uma nova perspectiva, fortalecendo e reiterando as crianças, adolescentes e suas famílias enquanto sujeitos políticos e de direitos, compreendendo que, as expressões da questão social recortam as diversas esferas da vida.

Dito isso, por meio dela foi possível construir o planejamento das ações a serem realizadas no espaço sócio ocupacional, para identificar demandas para além daquelas que surgiram no exercício profissional. Isto é, buscou-se identificar o que era demanda da Secretaria de Assistência Social e o que era demanda oriunda dos desafios do trabalho cotidiano das equipes dos acolhimentos.

Dentre as demandas por parte do empregador, era necessário a criação de um novo termo de parceria público-privada para a execução das casas de acolhimento por mais cinco anos. Aproveitando de tal feito e a relevância da construção deste

termo de parceria, foi realizado uma análise e reavaliação dos processos de trabalho vivenciados anteriormente e a partir dele, elaborar documentos orientadores sobre o que a supervisão dos acolhimentos para criança e adolescente entendiam sobre a proposta do trabalho.

Ademais, neste exercício é nítido a cisão colocada para o direcionamento ético-político para os serviços de acolhimento no município, ao buscar romper com a lógica da filantropia, subalternização e do uso de relações de trabalho domésticas dentro das casas de acolhimento. Esse planejamento foi pensado para ser realizado reconhecendo os limites estruturais à essa organização do Estado gerencial, bem como para o trâmite colocado por essa parceria.

Em resposta, depois de vários estudos, foi construída uma série de documentos determinando como deve ser a condução dos serviços no município de Juiz de Fora e quais as finalidades dos instrumentos utilizados no cotidiano para a intervenção do profissional, orientando a partir dos princípios propostos no Projeto Ético Político de nossa categoria profissional, no intuito de fomentar ações para além daquelas colocadas como direito social, mas como necessidades sociais de classe.

Isto porque, até então, a condução do trabalho nas instituições era feita a partir do direcionamento político que a equipe técnica detinha. Às vezes prevaleciam juízos de valores enraizados no cotidiano ou apresentava-se uma carência da compreensão acerca do papel profissional. Com isso, os profissionais reproduziam uma lógica de reforço das condições objetivas das crianças/adolescentes e suas famílias, de subalternização da sua perspectiva de vida, realizando atividades burocráticas e rotineiras. Reproduziam a visão do assistencialismo, de que estar no acolhimento e do acesso aos programas sociais são favores, ao invés de ser um direito, enquanto sujeitos constitutivos da sociedade de um Estado democrático.

Para além, com o uso da dimensão investigativa enquanto desenvolvimento de habilidades, foi possível compreender que no cotidiano do trabalho, existem três eixos norteadores que acreditamos serem ímpares no trabalho com essas crianças/adolescentes acolhidas e suas famílias. A saber: eixo voltado para o trabalho educativo, sendo o trabalho político-pedagógico central para construção desses indivíduos enquanto sujeitos políticos; eixo de responsabilização e construção de vínculos pois, por meio desse eixo que será possível trabalhar o eixo educativo; e eixo da matricialidade sociofamiliar, trabalhando e reconhecendo as potencialidades da família e não suas limitações.

Além disso, reconhecendo a potência de um assistente social em um cargo de gestão, a supervisora de campo da autora utilizou a dimensão investigativa em seu cotidiano profissional para elaboração de um cronograma de formação dos profissionais que executam os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Tendo como intencionalidade um direcionamento crítico consoante com o projeto ético político hegemônico, foram elaborados: espaços de debate sobre variadas temáticas junto com as equipes técnicas; fomento e a construção de grupos de trabalho intersetoriais com as demais políticas sociais para discussão de estratégias conjuntas possíveis para o enfrentamento de demandas colocadas pela família ou pelos acolhidos; espaços coletivos de discussão sobre os desafios do trabalho e as possibilidades de enfrentamento; espaços para realização de trabalhos com grupos, a partir da educação popular, para discussão de temáticas que recortam a vida no acolhimento institucional; orientações sistemáticas sobre o instrumentos de planejamento das ações e a importância do registro dos mesmos; espaços para discussão produção de mapeamentos e fluxos, a fim de socializar e nutrir a rede de oferta de serviços à população, etc.; espaços para discussão sobre a análise dos indicadores de gestão (instrumentos de relatório mensal de atendimento), a partir de uma estratégia de planejamento teórico - prática, rompendo com suas formulações genéricas, ou seja, mais operacionais (o dado por ele mesmo), culminando a decisões pouco estratégicas, fragmentadas e pouco reativas.

Isto posto, também por meio da dimensão investigativa foi possível realizar entrevistas que levantaram o perfil para a qualificação em projetos de incentivo e preparação para o mercado de trabalho (aqui se tinha uma demanda de construir um roteiro e aplicar a entrevista para saber qual área de interesse que o acolhido desejava, mas que foi uma oportunidade para levantar questões a respeito da construção de sua identidade e autonomia enquanto sujeito e de sua perspectiva de vida). Foi a partir das informações obtidas nessas entrevistas que foi identificado esse olhar subalternizado das crianças/adolescentes na perspectiva de sua vida e a noção do entendimento do viés assistencialista, da visão de que estar no acolhimento e do acesso aos programas sociais são favores, ao invés de ser um direito, enquanto sujeitos constitutivos da sociedade de um estado democrático.

Não obstante, é desafiador pensar no trabalho com crianças e adolescentes em acolhimento institucional e familiar na perspectiva de um trabalho voltado para as

necessidades sociais dessas famílias, em prol da ampliação de sua esfera de atuação na sociedade. Por isso, é imprescindível a utilização da dimensão investigativa para buscar a reflexão ética do agir profissional do assistente social, superando os limites colocados para a democracia e justiça social.

A partir dela que será possível construir alternativas e tratativas em propostas que enfrentam as expressões da questão social e reafirmar as práticas profissionais com cariz técnico com base em um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo crítico, para a condução de reais estratégias para o enfrentamento das demandas postas em seu exercício profissional.

Por meio do compromisso com a apreensão da totalidade social frente ao trabalho do assistente social, é que podemos ser criativos, com direcionamento ético, crítico e propositivo, no que tange a construção de estratégias e táticas para desvelar ações reflexivas interventivas, em que o trabalho profissional sai da esfera do pragmatismo e do tecnicismo cotidiano para alcançar o nível de práxis, sendo essas ações propositivas e indicadoras da transformação social.

Considerações Finais

Para apresentarmos o debate sobre a dimensão investigativa no exercício profissional do assistente social, ao longo desta monografia situamos o Serviço Social enquanto um tipo de especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão sócio técnica do trabalho nesta sociedade capitalista. Ele se insere na reprodução da totalidade do processo social que está em constante movimento, sendo que o seu cotidiano de trabalho é palco para a produção e reprodução das relações sociais. Como consequência, está suscetível às transformações societárias que acontecem em determinado momento histórico vivenciado no modo de produção capitalista.

Posto isso, a intervenção profissional se dará, na realidade, a partir da requisição de seu principal empregador, o Estado, no enfrentamento de seu objeto de intervenção: as expressões da questão social. Tal demanda é solicitada devido a organização do Estado enquanto agente que fomenta a expansão e a reprodução do modo de produção capitalista.

Não obstante, é realizado um resgate da profissão na história, desde suas protoformas até os desdobramentos do processo de Renovação do Serviço Social, evidenciando que suas reconfigurações durante esse período estão atreladas às transformações societárias ocorridas nas últimas décadas. Isto porque, as diferentes conjunturas sócio-históricas no Brasil trouxeram novas demandas a serem enfrentadas pelos profissionais, novos espaços sócio-ocupacionais, bem como a procura de novas direções teórico-políticas, metodologias, instrumentos e técnicas, que respondam às suas novas necessidades em seu exercício profissional.

Neste sentido, foi realizada uma breve síntese sobre nossa compreensão da profissão, de suas demandas, de seu público alvo, entendendo, em um primeiro momento, o que era o projeto profissional com a auto-imagem do Serviço Social Tradicional. Além disso, também foi discutido o processo de questionamento das bases para a formulação da recusa, crítica e enfrentamento ao conservadorismo do Serviço Social Tradicional, por determinado segmento da categoria profissional.

Tal evento é de extrema importância para a profissão, dado que neste período surgiram importantes questionamentos que impulsionaram o Movimento de Reconceituação Latinoamericano (1965 - 1975) e o processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro.

Nesse período, houve um processo de revisão e contestação do Serviço Social clássico e tradicional, que propunha uma profissão assentada na particularidade sócio-histórica dos países latinoamericanos, reavaliando os seus fundamentos teóricos-metodológicos, técnico-operativo, seus princípios e valores, sua prática, exercício e formação profissional.

Dito isso, como mencionamos no decorrer da obra, existiram três direções que defendiam distintos projetos profissionais em disputa no processo de Renovação do Serviço Social no Brasil entre as décadas de sessenta e setenta do século XX: *modernização conservadora*, *reatualização do conservadorismo* e *intenção de ruptura*, sendo que os princípios da última se tornaram hegemônicas na categoria profissional.

Fruto do período de efervescência em defesa de exigências políticas e sociais que propunham o fim da autocracia burguesa e a busca pela democracia, a perspectiva intenção de ruptura defendia um projeto profissional e societário antagônico àquele voltado para os interesses da classe dominante. Os princípios defendidos por esses profissionais voltaram-se para a defesa do direito e de projetos societários não excludentes.

A organização sindical da categoria profissional e as ideias intelectuais difundidas pelo Movimento de Reconceituação Latinoamericana possibilitaram a construção de uma nova direção para a profissão no III Congresso Brasileiro de Assistentes Social (CBAS) em 1979, em recusa ao conservadorismo presente na profissão. Além disso, parte da categoria profissional conseguiu ressignificar entidades da organização profissional, como a ABEPSS e CFESS.

Isto posto, na década de oitenta evidencia para a categoria profissional um amadurecimento da produção intelectual, baseada na perspectiva marxiana para pensar o exercício profissional, propiciando um novo saber sobre o significado social da profissão no modo de produção capitalista e suas contradições no trato de seu objeto de intervenção. Aqui, compreendendo que seu fazer profissional terá uma finalidade a ser alcançada, a partir de valores que irão legitimar a escolha e a defesa do mesmo.

Em vista disso, o Serviço Social se articula e constrói uma organização política, jurídica, normativa, que busca defender valores que fomentem a superação desta ordem societária pautada no capital. Tal reorganização também se realizou na formação profissional, pelas entidades representativas profissionais, sendo o

Currículo de 1982, o marco do processo de transição teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo profissional para o viés crítico.

Ademais, na década de noventa, a maturidade da produção acadêmica da categoria profissional e dos espaços político-organizativos em fóruns e em espaços coletivos de discussão sobre a profissão, deram um novo formato à construção de documentos que orientam a profissão. A saber: Código de Ética Profissional (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), Diretrizes Curriculares (1996), construção de um Projeto Ético Político crítico que se tornou hegemônico para a categoria profissional.

Por elas se foi possível situar as atribuições e competências profissionais, qualificando a intervenção profissional ao mesmo tempo reafirmando os princípios éticos em compromisso com as lutas sociais e garantia e defesa de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, na construção de um projeto profissional que expresse a complexidade da sociedade capitalista e da sua articulação com o Serviço Social.

Há também nesta nova direção do projeto profissional, um ponto central para pensarmos a dimensão investigativa do Serviço Social, enquanto dimensão que potencializa a intervenção crítica no cotidiano do trabalho.

As Diretrizes Curriculares de 1996 reconhecem a profissão a partir de “conhecimentos, habilidades e competências, dentre elas a investigação no exercício profissional, que buscam a formação de determinado perfil profissional – generalista e crítico, na direção da articulação entre formação e exercício profissional” (DUARTE, 2019, p.12). Cabe destacar também que ela tem como eixo central tanto a “questão social” quanto o “trabalho” para compreender a prática profissional como um trabalho inserido em um processo de trabalho.

Dito isso, tornou-se necessário refletir sobre a categoria trabalho e o Serviço Social compreendendo que, por mais que as condições macro-sociais a determinem, a profissão é também resultado da iniciativa dos sujeitos que a compõem, e que esses transmitem suas finalidades ético-políticas.

Logo, de acordo com as transformações societárias que impactam na reprodução das relações sociais em que o Serviço Social se insere, a profissão não estará ileso a essas transformações. Isto é, ocorrerão rebatimentos em seu exercício profissional como reflexos na forma de enfrentamento da profissão frente às expressões da questão social, nos diferentes processos de trabalho em que o

assistente social se insere enquanto trabalhador especializado, que vende a sua força de trabalho para sua própria subsistência.

Essa relação implica em uma tensão entre a autonomia técnica do profissional e a lógica estrutural do trabalho capitalista, trazendo tensões ao projeto ético-político profissional. Isto porque, essa condição de assalariamento dos profissionais submete o trabalho aos dilemas e contradições do trabalho abstrato, que se apresentam no cotidiano de forma que limitam a sua autonomia para a condução de seu trabalho alinhado à direção do projeto profissional hegemônico.

Isto posto pensar a dimensão investigativa no cotidiano profissional implica em compreender o cotidiano profissional, bem como as implicações para o trabalho profissional frente às transformações societárias decorrentes da crise do capital a partir da década de setenta e oitenta do século vinte e a implementação do neoliberalismo no final da década de oitenta e noventa do mesmo século no país.

Pois bem, toda essa análise é crucial para a compreensão do papel da dimensão investigativa na profissão, enquanto um instrumento no qual se tem uma relação intrínseca entre o pensar e o agir para o enfrentamento ao conservadorismo presente no cotidiano profissional da atualidade. Tal dimensão pode possibilitar e fomentar a elaboração de propostas e práticas inovadoras, de acordo com a análise da totalidade social.

Neste sentido, o ponto de partida para a compreensão da dimensão investigativa foi compreender a semântica de seu significado, tanto por meio da análise etimológica da palavra, quanto em pesquisas de obras que discutem a temática. A partir delas, foi possível problematizar a seguinte questão: sua ação sem uma intencionalidade é vazia, ou seja, o investimento desta dimensão não significa que a mesma é sinônimo de uma atuação profissional crítica. Ela pode ou não ser explorada pelo assistente social.

Tal argumento é embasado pelo fato de, ao compreendermos a dimensão investigativa enquanto um instrumento de trabalho profissional, implica em dizer que está relacionada a formas de intencionalidade contidas no exercício profissional. Ao resgataremos na história da profissão os instrumentos utilizados pelos profissionais, observamos que, no decorrer das décadas, houve diferentes tratamentos das demandas sociais pelos assistentes sociais, mas os instrumentos continuaram os mesmos. O que muda em cada época é que em cada período há um tipo de intencionalidade hegemônica para o uso do mesmo, de acordo com a direção

política de compreensão da profissão, seu propósito, bem como a finalidade do uso de tais instrumentos e técnicas, com diferentes direcionamentos metodológicos para a investigação das condições de vida dos usuários. Essa análise tem um peso crucial para o entendimento desta dimensão, pois o investimento do profissional na dimensão investigativa impõe que ele tenha clareza da finalidade de sua ação.

Assim, o assistente social ao utilizar ou não a dimensão investigativa em seu cotidiano profissional pode: utilizar de valores reproduzidos pelo Serviço Social Tradicional, sem clareza do objetivo da ação, sendo elas policialescas, preconceituosas, imediatas, fiscalizadoras, reacionárias; ou então entendendo-a como uma estratégia para alcançar determinado objetivo de forma crítica, progressista, entendendo a realidade social de cada sujeito que demanda a intervenção profissional, a partir da articulação de arcabouço teórico metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Nessa direção, este trabalho se propôs a identificar como a dimensão investigativa vem sendo interpretada pela categoria profissional. Em grande parte das obras estudadas, foi observado que há carência de uma discussão mais aprofundada sobre a temática, principalmente no que tange à transversalidade da dimensão com o processo formativo do assistente social até a sua prática profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

No debate acadêmico, a dimensão investigativa já pressupõe a fundamentação pautada nos valores do Projeto Ético-Político profissional hegemônico, no qual busca trazer como foco as necessidades sociais desses sujeitos ao invés das demandas institucionais colocadas, ou pode reforçar a lógica de exploração social ditada pelo capital (IAMAMOTO, 2009b, p.6 apud COUTINHO, 2018, p. 5). Assim, ela tem um caráter singular em articular a teoria e prática no exercício profissional, como base de toda ação profissional para o conhecimento da realidade social sendo ela, crucial para construção de estratégias para a intervenção na condução do trabalho profissional para além de práticas imediatas (IAMAMOTO, 2009A, p.63 apud COUTINHO, 2018 p.7).

Para além nos estudos sobre a temática, ela significa tanto a pesquisa, quanto estudos realizados por assistentes sociais, com a finalidade de se ter um olhar mais curioso sobre o cotidiano do trabalho, conhecer a realidade da instituição; dos usuários; da correlação de forças intrínsecas nas instituições e nas políticas sociais;

da análise as demandas para além da aparência; dos recursos disponíveis e o que pode ser usado para o atendimento da demanda (COUTINHO, 2018, p. 7).

Entretanto, ao analisar a dimensão investigativa no cotidiano profissional enquanto desenvolvimento de habilidades, percebeu-se poucas discussões sobre esse processo sendo que, naquelas que discutiam, aparece uma imprecisão teórica que não aponta as diferenças entre pesquisa e desenvolvimento de habilidades, tratando ambas como uma unidade.

Coloco aqui como hipótese a ser problematizada que, devido a essa carência, parte da categoria profissional pode cair em generalizações sobre essa perspectiva da dimensão investigativa, ou até mesmo incorrer em acreditar que realizar a investigação significa ser crítico, sem identificar que elementos do conservadorismo podem estar presentes no exercício profissional. Indo além, podemos problematizar que, essa lacuna do debate acadêmico pode fomentar a ideia do descolamento por profissionais, no qual se referem que a teoria não se aplica na prática.

Dito isso, para enfrentar este desafio, a priori é necessário compreender os processos sociais que perpassam as esferas da vida dos sujeitos, que estão em movimento e que o profissional se insere e atua nele. A partir disso será possível uma análise crítica das determinações que compõem essa totalidade, que possibilitará a utilização da dimensão investigativa para construção de estratégias no exercício profissional, para o enfrentamento das expressões da questão social e dos fenômenos que se apresentam no cotidiano profissional.

Para além, cabe aqui a defesa da centralidade da formação profissional para a discussão da dimensão investigativa no exercício profissional. Podemos refletir a seguinte questão: qual o lugar da dimensão investigativa na formação e na atuação profissional? Como ela é compreendida e apreendida na formação?

É necessário centrar o olhar na discussão do trabalho profissional do assistente social, por meio da criação de espaços coletivos críticos ao longo da formação, que fomentem debates sobre a dimensão investigativa como estratégia para o enfrentamento de questões apresentadas no exercício profissional. Além disso, fomentar esses espaços, significa contribuir para articulação entre a construção do conhecimento e a intervenção profissional, de acordo com um direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo consoante com o Projeto Ético Político profissional.

Sendo assim, a dimensão investigativa é de suma importância para se ter clareza no agir profissional, pois pode instigar e auxiliar na criação de estratégias e táticas para determinada ação, como também tornar claro o objetivo da ação profissional, pautado em um projeto profissional crítico diante das complexidades inerentes ao modo de produção capitalista.

Diante do exposto, a defesa do projeto profissional hegemônico é necessária, pois reafirma o compromisso com os valores contidos no Projeto Ético-Político profissional. Logo, discutir a dimensão investigativa norteadas pelas Diretrizes Curriculares de 1996, é indispensável para se pensar um processo de formação profissional, articulado com o ensino teórico-prático, no qual formam profissionais aptos a uma intervenção para além de respostas imediatas, analisando a totalidade dos processos sociais.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) . Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Acesso em: 01 de dez. de 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

AQUINO, I. G. de C.; SILVA, A. P. R.; VIEIRA, P. L. C. O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 151-165, 2. semestre 2017.

AQUINO, I. G. de C.; BATISTONI, R; SCHEFFER, G. Expressões da Reconceituação do Serviço Social no Brasil: Projetos Profissionais em Disputa. In: A. L. T. S. EIRAS, A.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L.. Perspectivas Histórico-Críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. p. 20 - 34. ISBN 978-65-89512-40-0.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BATISTONI, R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2º semestre, 2017.

BEHRING, E. R.; JAUMONT, J.; SILVEIRA, J. R.; NASCIMENTO, J. Um balanço preliminar do orçamento público no governo Bolsonaro (2019 - 2021). In: GAMA, A. de S.; BEHRING, E. R.; SIERRA, V. M. (Orgs.). Políticas Sociais, Trabalho e Conjuntura: crise e resistências. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 125 - 148.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. In: Serv. Soc. & Soc., São Paulo, n. 128, p. 54-71 jan./abr. 2017.

BRANDT, D. B.; CARDOSO, I. C. da C.; BEVEDER, M. B. A re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuição à formação em Serviço Social. In: MELO, A. I. C.; CARDOSO, I. C. da C; FORTI, V. L. (Org.). Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias. Navegando Publicações, 2020, p. 117 - 136.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. ano 1990, Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

CARDOSO, F. G. Prefácio: O Serviço Social e os desafios nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira, na atual crise capitalista. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 11 - 22.

CAVALCANTE, G. M. M.; PRÉDES R. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 1 - 24, jan./jun. 2010. ISSN: 1980 - 8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18195>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COUTINHO, D. C. M. “OUSAR SABER PARA OUSAR TRANSFORMAR”: a dimensão investigativa na atuação profissional do/a assistente social. In: Anais do II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: “Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”, Teresina (PI), 2018, p. 1 - 10. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/Mjc3.pdf?012824>.

DIMENSÃO. In: DICIO, Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dimensao/#:~:text=substantivo%20feminino%20Extens%C3%A3o%20med%C3%ADvel%20que,a%20dimens%C3%A3o%20de%20uma%20iniciativa>. Acesso em: 09 dez. 2023.

DIMENSÃO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam informática, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dimens%C3%A3o>. Acesso em: 09 dez. 2023.

DUARTE, J. L. N. Potencialidade dos fundamentos para uma formação crítica do assistente social. In: Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e 14º Encontro Nacional de Política Social, Vitória (ES), 2019, p. 1 - 15, ISSN: 2175-098X. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25768>.

EIRAS, A. L. T. S.; SANTOS, C. M.; YAZBEK, M. C. Serviço Social radical nos EUA (1960-1980): fundamentos históricos e teórico-políticos. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021, p.441 – 461.

ELAGE, B; GÓES, M.; FIKS, M.; GENTILE, R. Formação de profissionais em serviços de acolhimento. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. Serviço Social e trabalho da (o) assistente social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A. I. C.; CARDOSO, I. C. da C; FORTI, V. L. (Org.). Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias. Navegando Publicações, 2020, p. 93 - 116.

FERREIRA, M. E. F. Desenvolvimento comunitário em Portugal nos anos setenta: que participação e significado do Serviço Social português? In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M.(Orgs.) A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021, p.343 - 362.

GALDINO, S. B. As contribuições marxistas para analisar o “pós-modernismo”. In: JÚNIOR, L. C. de S.; TRINDADE, H. (Orgs.). 200 anos de luta: marxismo e reflexões contemporâneas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019, p. 35 - 53.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-718.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 45 - 62.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2011.

HOBBSBAWN, E. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998, p. 201-250.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

_____; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____; SANTOS, C. M.(Orgs.) A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021, p.343 - 362.

_____. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 1 - 20, jan./jun. 2020. ISSN:

1980 - 8518. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dmcrvRtQxS5qCpDKWsJ6y5b/?lang=pt>. Acesso em:
30 dez. 2022.

INVESTIGATIVA. In: DICIO, Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2023.
Disponível em: <https://www.dicio.com.br/investigativa/>. Acesso em: 09 dez. 2023.

INVESTIGATIVA. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam
informática, 2023. Disponível em:
<https://dicionario.priberam.org/investigativa#:~:text=1.,ex.%3A%20m%C3%A9todo%20investigativo>). Acesso em: 09 dez. 2023.

JÚNIOR, A. A. S. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social no Brasil. In:
Revista Katálysis, Florianópolis, v.21, n.1, p. 96-107, jan./abr., 2018.
ISSN:1982-0259

LONDOÑO, S. Q. Capitalismo y pandemia. Reflexiones marxistas. In: EM PAUTA.
Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, 2º Sem/ 2021, n.48, v.
19, p. 26 - 47.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão
Popular, 2008. Prefácio. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1YkfCsLOO08isVtpxvTOAfuatl6T2ofrA/view?usp=sharing>.

_____.Glosas marginais ao Tratado de economia política de Adolf Wagner. Trad.
Evaristo Colmán. Serviço Social em Revista. Londrina, n. 2, v. 13, N.2, p. 170-9,
jan./jun. 2011b. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1DqTvfCXKcOCi4HsNUUv5I-xYul-G7meA/view?usp=sharing>.

_____. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da
economia política. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo,
2011. Introdução. Disponível em:
96

<https://drive.google.com/file/d/16krRhQUvc31sop5R5tAnlgUxmWK2CET9/view?usp=sharing>.

_____. O Capital. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Posfácio à segunda edição alemã. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-OLuwfO6lyFm4CEoK9z14_2s6slok5RR/view?usp=sharing.

MACIEIRA, A. P. A atual conjuntura política do Brasil após o golpe de 2016 e os resultados para os direitos sociais. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190718164356.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 63 - 104.

MORAES, C. A. de S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun. 2015. ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jqJT7Nmjgmj4yBqcYycgrHh/?format=pdf> . Acesso em: 07 de set. 2023.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 23 - 43.

NETTO, J. P. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2013, 8ª ed., 2ª ed., p. 15-81.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. Introdução ao estudo do Método de Marx. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Edital 004/22 : Dispõe sobre chamamento público destinado à seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil para a celebração de parcerias em regime de mútua cooperação para execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Abrigo Institucional, a ser executado pela OSC vencedora, em 02 (duas) Unidades, em grupos de até 15 (quinze) crianças e adolescentes por unidade, sem distinção de gênero, com faixa etária até os 18 anos, sob medida protetiva de abrigo e define as diretrizes, objetivos, estratégias metodológicas e resultados esperados, Site, 30 ago. 2022. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sas/editais/chamamento_publico/arquivos/editais/edital-00422.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

ROCHA, P. A. de O; MENDONÇA, F. S; GONÇALVES, M. da C. V. Dimensão investigativa: reflexões a partir de discentes inseridos no estágio curricular obrigatório. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória (ES), 2018, p. 1 - 18. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22247> . Acesso em: 07 de set. 2023.

SANTANA, G. D.; JÚNIOR, H. S. R. As Parcerias Público-Privadas: Solução ou Problema? In: Prismas: Dir., Pol. Pub. e Mundial, Brasília, v.3, n.1, p. 148 - 181, jan/jun. 2006.

SILVA, A. B.; SILVA, D. T.; JÚNIOR, L. C. S. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In: Anais do 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2016. Disponível em :

<https://docplayer.com.br/47411213-O-servico-social-no-brasil-das-origens-a-renovacao-ou-o-fim-do-inicio.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SOUZA, F. V. L. de. Contextualizando o Golpe de 2016 e seus impactos nas políticas sociais. In: Anais do VI Seminário CETROS Crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora, Fortaleza (CE), 2018, p. 1 - 9, ISSN: 2246 - 8126. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51175-13072018-083019.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. In: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

VALLE, K. F.; LEITE, J. L. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 109-129 jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vVCLW85pG5MG4NKsmhBLvYg/?format=pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. [et al] (Orgs.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 1ª ed., p. 47 - 84. Campinas: Editora Papel Social, 2018.

YAZBEK, M. C.; BRAVO, M. I.; SILVA, M. L. O.; MARTINELLI, M. L. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. In: Serv. Soc. & Soc., São Paulo, n. 140, p. 5-12, jan./abr. 2021.